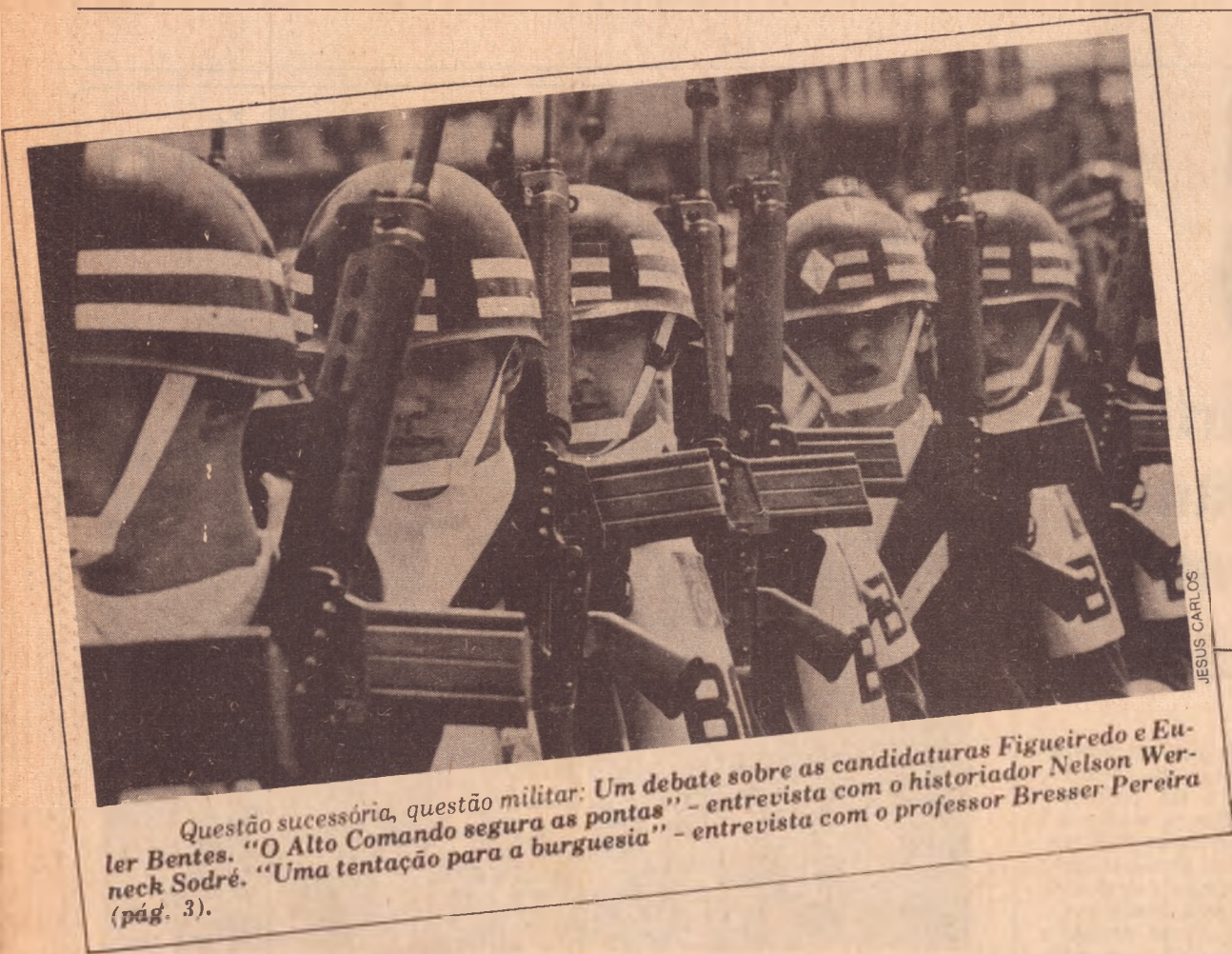


Governo parte pra intimidação

Segundo o senador Paulo Brossard, vice do general Euler Bentes, a onda já atinge proporções extraordinárias, assemelhando-se a "expedientes utilizados pela Alemanha nazista". São as cartas anônimas, os boatos, as circulares do Centro de Informações do Exército - CIEX - contra Euler (Pág. 3). Noutra frente, a ameaça do Ministro Arnaldo Prieto em cima dos Sindicatos (Pág. 5). Enquanto isso as bombas terroristas da extrema direita continuam explodindo, praticamente acobertadas pelo governo que deixa seus autores em completa impunidade (Pág. 8).

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL - NÚMERO 29 - Cr\$ 10,00 - 18/24 DE SETEMBRO DE 1978



Questão sucessória, questão militar: Um debate sobre as candidaturas Figueiredo e Euler Bentes. "O Alto Comando segura as pontas" - entrevista com o historiador Nelson Werneck Sodré. "Uma tentação para a burguesia" - entrevista com o professor Bresser Pereira (pág. 3).

CIA TENTA DOMINAR SINDICATOS



João Paulo Pires de Vasconcelos, o combativo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Minas, garante que a Agência Central de Informações, a famosa CIA do governo norte americano, está agindo no Brasil, com o objetivo de domesticar as lideranças sindicais e controlar o movimento operário. Nossos repórteres revelam toda a rede da intervenção imperialista e comprovam, com farta documentação, a estratégia de formação e educação de dirigentes segundo a ideologia do sindicalismo norte-americano, de conciliação entre os patrões e os trabalhadores. Nada menos que sete milhões de dólares já foram aplicados nestes programas, que já duram quinze anos e ajudaram até a "desestabilizar" o governo de João Goulart, em 1964. É a primeira de uma série de duas reportagens. Págs. 6 e 7.

NICARÁGUA

Avança a insurreição armada

Os guerrilheiros sandinistas tentarão tomar Manágua, a capital do país. O ditador Anastasio Somoza, sua Guarda Nacional e os mercenários não estão conseguindo impedir o avanço da insurreição armada. Mas existe um plano de intervenção militar na Nicarágua, apoiado pelos Estados Unidos. Para onde vai a guerra civil? Pág. 12

"Ingressamos na luta política"

Este é um dos saldos da ação de dirigentes sindicais autênticos que estiveram esta semana em Brasília para acompanhar o debate do pacote das reformas políticas, no Congresso Nacional. A frase é do presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David Moraes, que revela a intenção do grupo em voltar à carga quando o Congresso for debater o decreto-lei 1632, que proíbe greves nos setores essenciais da economia. Pág. 5

Comitês de anistia definem luta unitária

Pág. 11



"Eu fui ao Festival de Cuba"

Mais de 20 mil jovens de todo o mundo estiveram no XI Festival Internacional da Juventude em Havana. Leia o relato de um dos participantes e algumas experiências de grupos de teatro que foram à Ilha. Pág. 9

GERAIS

O povo? Ora, azar dêle! Intelectuais e artistas apoiam Fernando Henrique contra a impugnação

Não é outra a conclusão a se tirar da recente resposta do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, quando indagado sobre o descontentamento atual sobre a alta dos preços. Segundo Simonsen, "o que poderia ser feito já foi, e agora o que resta são fatores da sorte e do azar".

Assim parece definitivamente enterrada a possibilidade da taxa de inflação deste ano ficar pelo menos próxima das projeções do Governo. Animado com o aparente êxito na redução da inflação em 1977 (38,6%) com relação a 1976 (46%), o governo projetou para 1978 uma inflação esperada de 33%, agora totalmente desacreditada pelos resultados verificados recentemente.

As expectativas otimistas geradas pela redução da taxa de inflação nos primeiros cinco meses deste ano (passou de 38% em janeiro para 35% em maio, medida em relação aos últimos 12 meses) deram lugar a um grande desaponto a partir daí. Em junho, a taxa recomeçou um ciclo ascendente atingindo em agosto cerca de 40,2%, nos últimos 12 meses, bem acima portanto das projeções para o corrente ano, como também da taxa verificada em 1977.

O Governo já confessou sua virtual incompetência e impotência diante do fato, jogando para o futuro, e para a roleta, as possibilidades de um êxito incerto.

Entretanto, parece bem claro que este ano não poderá fornecer sua tradicional desculpa para os insucessos no combate à inflação: a preservação de um ritmo razoável de crescimento.

Pelos dados divulgados na semana passada pelo IBGE, a taxa de crescimento da produção industrial vem

sendo gradativamente reduzida, confirmando um desaquecimento que se vislumbra desde o ano passado. A indústria brasileira vinha crescendo a mais de 7% ao ano até julho de 1977, crescimento que caiu para apenas 3,97% em julho (julho de 1977 a julho de 1978).

Estes fatos vêm se somar a alguns outros recentes, todos no sentido de mostrar a Simonsen que, ao contrário do que ele sempre disse, a condução da política econômica não é uma questão de competência técnica, mas de condições políticas determinadas. Ou seja, já não se fazem mais "Super Ministros" como antes.

Em maio de 1977 o general Geisel com muita pompa transferia a Simonsen enormes poderes para a condução do alegado "combate à inflação". Na época a imprensa tratou o fato como a união de mais um Super Ministro. Mas passados os tempos, tais poderes não valeram coisa alguma. As explicações mudaram, mas a coisa permanece. Em 1974, com uma inflação de 34%, a culpa foi debitada à situação internacional conturbada pelo preço do petróleo; em 1975 ela diminuiu para 29,4% e a "natureza" é a grande culpada nos discursos oficiais, através das quedas em colheitas agrícolas, em 1976 a inflação pula para 46,3% e a explicação foi a política de crédito fácil para recuperar o perigo de recessão ao longo de 1975 estando o Governo consciente do ônus inflacionário que daí poderia advir; e finalmente em 1977 a alta dos preços fica em 38,8%, e o governo explica através do mero somatório das explicações anteriores: "uma conjunção de fatores monetários, fiscais, autônomos e de realimentação".

Agora, para 1978, diante das perspectivas ingratas, Simonsen resolve despedir-se de sua experiência ministerial, abusando da boa vontade de quem quer que queira entender suas explicações: "tudo que podia ser feito já foi, e agora o que resta são fatores da sorte e do azar".

O cinismo e o desprezo pela opinião pública e pelo povo são levados ao paroxismo. Mas também não poderia ser outra a atitude da qual ele ao fim de seu mandato acumulou um brilhante saldo de insucessos: o MOBRAF, do qual foi presidente antes de ser Ministro é agora contestado pelos dados do próprio IBGE, que revelam um significativo aumento do analfabetismo; a dívida externa do país explode a níveis de 40 bilhões de dólares, as autoridades monetárias são pegas pelo rabo na sua operação de desviar recursos do PIS para tapar os rombos do sistema financeiro causados pelo favoritismo desviado a grupos privados insolventes; os juros do sistema financeiro, excomungados hoje por todos, excento os banqueiros como o próprio Simonsen, galopam assustadoramente para as alturas; e finalmente são vários os casos de corrupção praticados pelo primeiro escalão, incluindo aí também o "Super Ministro".

Assim, não é de se espantar que no último dia 12, Simonsen tenha se recusado a comparecer à CPI que investiga a falsificação dos índices de custo de vida de 1973, revelação que detonou a famosa campanha pela reposição. Seria muita ousadia do Ministro, sobretudo numa semana em que vários sindicatos estão de plantão no Congresso Nacional.

Intelectuais e artistas apoiam Fernando Henrique contra a impugnação

Intelectuais e artistas de São Paulo estão convidando a imprensa pública e pelo encontro no próximo dia 18, no Teatro Nidia Licia, em defesa da candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado. Enquanto isso, anuncia-se que até o dia 20 irá a julgamento no Tribunal Regional Eleitoral o pedido de impugnação de Fernando Henrique, requerido pelo procurador Brenha Ribeiro, mas seus advogados já prepararam a contestação do ato e estão convictos da elegibilidade do candidato pelo MDB. Os advogados Arnaldo Malheiros Filho e Octavio Prado argumentam que do ponto-de-vista legal a impugnação não tem o menor cabimento.

De qualquer modo, a atitude atual dos intelectuais e artistas visa, particularmente, manifestar solidariedade ao candidato no momento em que sua elegibilidade se encontra sob questionamento no TRE. Ao convocar a imprensa para o encontro de segunda-feira, eles distribuíram a seguinte carta aberta:

"Seguros de interpretar a muitos, tomamos a iniciativa de convidar o povo de São

Paulo para um pronunciamento coletivo em favor da candidatura do professor Fernando Henrique Cardoso ao Senado Federal. Seu passado e a sua presença nas lutas de hoje pela democratização do país, bem como a acolhida que sua pregação vem encontrando nos mais representativos setores da população deste Estado, demonstram quanto necessária é a sua eleição para o Senado neste momento tão difícil de nossa História. A reunião pública de apoio a Fernando Henrique realizar-se-á nesta cidade, no dia 18 de setembro, às 20h 30m, no Teatro Nidia Licia, à rua Domingos de Moraes, nº 2.968". Assinam: Florestan Fernandes, Chico Buarque, Antônio Cândido, Mário Schemberg, Paulo Duarte, Francisco Welfort, José Eduardo de Faro Freire, Lélia Abramo, Cândido Proença, Chico de Oliveira, Regina Duarte, Hélio Bicudo, Lygia Fagundes Teles, Sérgio Buarque de Holanda, Plínio de Arruda Sampaio, Cláudio Abramo, Gianfrancesco Guarnieri, Renato Consorte, Almino Afonso e José Ignácio Botelho de Mesquita.

União e Olho Vivo

Cuba, Bolívia, Panamá, Peru e Equador já viram. Agora é a vez de São Paulo.



GRAMMA - HAVANA - 12/08/78: "A temporada do Teatro União e Olho Vivo se revestiu do maior êxito, foram realizadas dez apresentações, algumas delas em praça pública e com intensa participação popular".

EL DEBER - SANTA CRUZ DE LA SIERRA 23/07/78: "O espetáculo Unidade e Ojo Atento foi acompanhado pelo público que lotou a Casa da Cultura com grande participação, tendo retribuído ao

trabalho do Teatro União e Olho Vivo com demorados aplausos finais".

LA ESTRELLA DE PANAMÁ 14/08/78: "Após a apresentação de ontem o grupo brasileiro União e Olho Vivo se coloca, sem sombra de dúvida, como a principal atração da "EX-PO-PROCESSO 78" da cidade do Panamá".

São comentários de jornais de Cuba, Bolívia e Panamá sobre o mais novo espetáculo do grupo paulista União e Olho Vivo, durante sua recente passagem

por aqueles países (além do Peru e Equador). O espetáculo, um show ainda inédito no Brasil, intitula-se "Unidad Y Ojo Atento".

No próximo dia 9 de outubro, o trabalho terá sua estréia em São Paulo, às 21h, no Circo dos Bancários (Av. Voluntários da Pátria, 547), numa única apresentação em solidariedade aos jornais Versus e EM TEMPO. Reservas de convite: fones 280-4759 e 853-6680.

Bancários gaúchos em eleições sindicais

Durante cinco dias, de 18 a 22 deste mês, os sete mil bancários de Porto Alegre estarão votando para eleger a nova diretoria do seu sindicato, disputada por duas chapas. Uma delas, a de número 1, é encabeçada por Olivio Dutra, atual presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e que se propõe a continuar o trabalho de mobilização realizado até agora. A outra, de número dois, pela oposição, se caracteriza pela preocupação de retomar a função assistencial do sindicato.

Numa clara demonstração da importância política dos sindicatos - aspecto do sindicalismo constantemente negado pelas áreas governamentais - a chapa de oposição, que justamente critica a relação que tem sido estabelecida entre as lutas dos bancários e da população em geral, se compõe entre outras, de dois empregados da Secretaria do Trabalho e Assistência Social e três integrantes da Arena, um deles o presidente do Setor Trabalhista da Arena, José Reis de Castro, considerado

o ideólogo desta oposição.

Num panfleto onde é justificada a existência da oposição, esta chapa que tem como candidato à presidência Sidnei Arpini, se limita a fazer críticas pessoais a Olivio Dutra, não conseguindo dizer o que é exatamente seu programa de trabalho. A situação, responde a este panfleto, o considero faccioso, vasio e mentiroso e convocou a oposição para um debate público, ao qual a chapa de oposição tem se negado inúmeras vezes. "Os companheiros parecem preferir a mentira e a difamação em lugar de enfrentar a categoria para dizer a que vieram", diz a situação, lembrando também que "O Sindicato dos Bancários sempre esteve integrado nas lutas e reivindicações comunitárias. Não é de hoje que as causas populares são preocupações de nossa entidade. Também não é de hoje que setores minoritários, mais ligados ao oficialismo e ao patronato do que à própria categoria, tentam isolar nosso sindicato do resto da população assalariada".

Mas a preocupação da atual diretoria e da chapa de situação não é a de se limitar a combater a oposição. Mais importante do que isto é promover debates e tornar conhecidos os principais pontos de seu programa. A revogação da atual estrutura sindical, com uma consulta a todos os trabalhadores, é o princípio básico dos atuais dirigentes, também para a próxima gestão. Como isso objetivam a liberdade e autonomia sindical (um sindicato como entidade de direito privado e o fim da contribuição Imposto Sindical); o direito de greve; negociação direta entre empregados e empregadores, convenções coletivas de trabalho que substituam e superem a própria CLT; a revogação da política de arrocho salarial e a organização dos assalariados em um partido genuinamente seu que, respeitando a liberdade e autonomia dos sindicatos, seja um novo e efetivo instrumento da participação dos trabalhadores na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

FINAIS

MOSTRA - Visando divulgar o maior número possível de publicações independentes e debater a função do jornalismo e da literatura no Brasil de hoje, a Casa do Estudante Universitário e o Comitê de Imprensa Independente do Rio de Janeiro farão, de 18 a 27 de setembro, a I Mostra de Publicações Independentes. Do programa, além de debates, constam exposições e vendas de jornais e revistas. No dia 18, o debate será sobre Jornalismo Independente e o atual momento político; no dia 25 sobre literatura Independente e Política Literária (sempre às 20h, na Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo).

JORNALISTAS - Os jornalistas de Porto Alegre estão lutando por 20% de aumento, a partir de 1º de setembro. A resposta dos patrões foi um simples não, justificado pela falta de condições financeiras das empresas para absorver este acréscimo de despesas. Após a negativa patronal, os jornalistas mantiveram diversas assembleias seguidas de prolongadas reuniões nos licas de trabalho, caracterizando claramente uma paralisação do serviço. A proposta de encaminhamento de uma possível greve foi decidida numa assembleia de toda a categoria, que reuniu cerca de 250 dos 900 profissionais da capital gaúcha.

PROFESSOR - A demissão do professor de Sociologia e Ciências Políticas, Michel Misse, do curso de Comunicação da Faculdade Estácio de Sá, no Rio, está causando muita polêmica. Apesar dos protestos formais feitos pelos alunos, num abaixo assinado com 309 assinaturas, a direção da faculdade não se pronunciou a respeito.

Pelo que se pode apurar, duas foram as causas reais primeiro, o professor Misse teria sido demitido por sugerir a criação de dois conselhos de representação - um de professores e outro de alunos. Outra hipótese provável foi a crítica e a recusa em ministrar um curso para

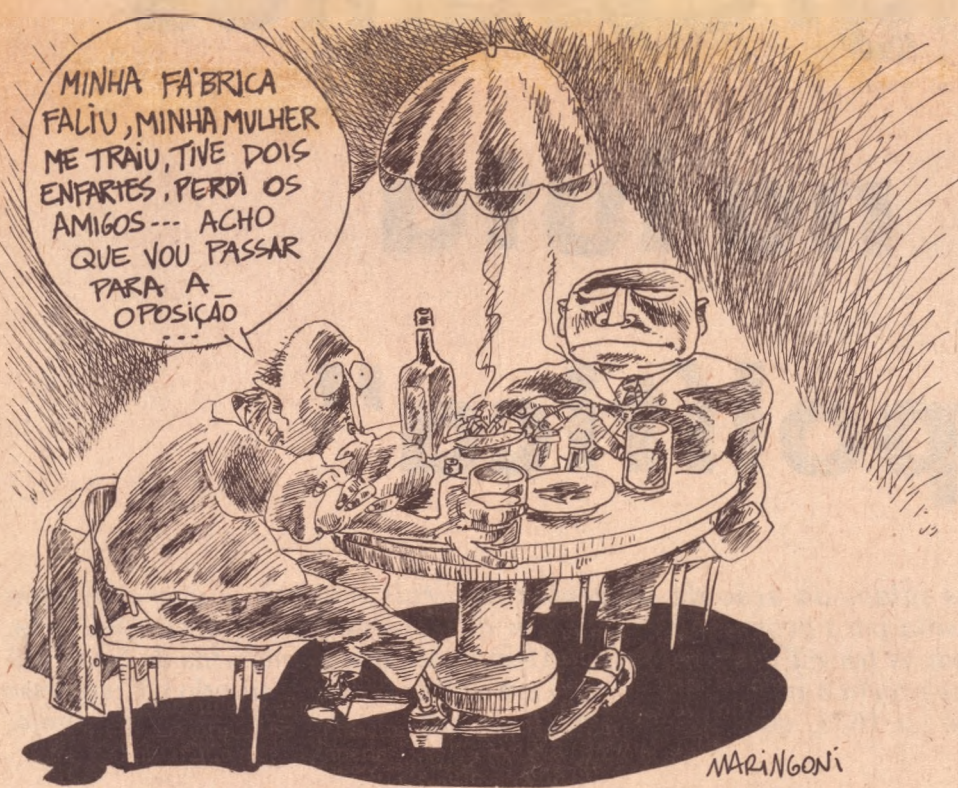
alunos que se preparavam para um concurso de censores para a Polícia Federal.

ESTUDANTES - Os 2 mil alunos da Universidade Católica de Minas Gerais, do campus de Coronel Fabriciano, município localizado no Vale do Aço, interior de Minas, estão em greve geral desde o dia 30 de agosto. Entre as várias reivindicações os estudantes mineiros exigem a modificação no sistema de ensino, no sistema de horário (hoje os horários são todos fantasmagóricos), liberação de verbas, melhoria geral de ensino, preparação e presença obrigatória dos professores. Estão paralisados os cursos de engenharia, administração e ciências

CULTURA - Repensar a cultura. Essa é a proposta do Curso de Extensão Universitária sobre a Questão da Cultura Popular, que começa no próximo dia 26 na Universidade Católica - PUC - de São Paulo, numa promoção conjunta com o centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC.

Entre os conferencistas convidados já confirmaram participação Francisco Welfort, Eunice Durhan, Manoel Berlink, Roberto Schwartz e Carmen Andrade. Os debates e conferências serão em três partes: de 20 às 23h, até dezembro. Inscrições no CEDEC, rua Monte Alegre, 977 - fone 263-02-11.

OPERÁRIOS - Os operários da Fiat (ex-FNM) estão incomformados com as últimas negociações feitas entre o sindicato da classe e os patrões que culminou com a assinatura da homologação, semana passada. Segundo os metalúrgicos da fábrica de Caxias, as reivindicações mais importantes da classe não foram sequer discutidas. As reivindicações foram colocadas na gaveta para serem discutidas daqui a 90 dias, proposta feita pelo sindicato dos metalúrgicos do Rio e aceita pelos patrões.



Professores: agora é a vez da rede particular.

Professores de aproximadamente 20 escolas da rede particular de ensino de São Paulo, paralisaram suas aulas no dia 14, em apoio ao movimento dos professores da rede oficial. Mesmo com a decisão de voltar às aulas do professorado do Estado, os professores da rede particular consideraram importante a greve em solidariedade, pois "a luta continua".

Encerrando o dia, mais de 100 professores se reuniram, com o objetivo de dar um balanço da paralisação e discutir, especificamente, a questão salarial e das condições de trabalho e ensino na rede particular. O balanço revelou que as discussões se deram nas salas de aula, com os alunos e entre professores, por escola. Onde foi possível, os professores fize-

ram uma carta aos pais, explicando o motivo da paralisação e ressaltando a importância de seu apoio. Discutiram, ainda, o encaminhamento da reivindicação salarial, com o objetivo de unificar todos os professores da rede particular.

Estiveram presentes nessa reunião, representantes do Comando Geral de Greve - atual comissão pró-entidade única dos professores da rede oficial -, que fizeram uma apresentação dos próximos passos do movimento (ver reportagem na página 4). Relataram, ainda, um saldo altamente positivo nas reuniões das escolas no 1º dia de volta às aulas, prometendo uma vigorosa retomada do movimento, para garantir sua continuidade.

Nessa mesma reunião, foi dada um informe sobre a impugnação da Chapa 2 - de oposição ao Sindicato dos Professores de São Paulo - que havia sido pedida por representantes da Chapa 1 alegando, de acordo com o informante, razões de ordem burocrática, tais como: menos de seis meses de atividades, ou menos de dois anos de exercício na base territorial do Sindicato, por parte de membros da chapa de oposição.

Com base na própria lei, e afirmando que os requisitos estariam cumpridos na data das eleições, a oposição ainda tem esperanças de concorrer às eleições. Para isto, brevemente, devem entrar com um mandato de segurança, junto à Delegacia Regional do Trabalho.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caidas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares, Guis, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Paul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Sulpiciano Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.
Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAIS Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos (Lionel Almeida (sub-editor), Aluísio José Marques, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Maria Cristina

Pfeuf, Marinete Oliveira, Marion Frank, Suzana, **Nacionais:** Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, **Cultura:** Apineldo Meyer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Haber, Paulo Nasser, Sérgio Ali, Sérgio Squitani, **ARTES:** João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Siam, Martine, (ilustração); Enriko Brauns F., João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto).

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé
Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quitéria, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

SUCURSAIS:
Brasil: (SCS - Edifício Marietela, s/1103): Luiz Carlos Marina Juares; Recife (R. Antão Falcão, 127 - Frações): Sérgio de Souza, Cecy Prestelto, Orlando Miranda (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scatru, Alzira Me-

deros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração); **Belo Horizonte:** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar de Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Matzê Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Garcia, Paulo Vilari, Ricardo Rabeilo, Sérgio Assapan, Virginia Pinheiro (redação); **Marta Araújo**, (administração); **Curitiba:** (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá); **Recife:** (R. João de Deus, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Soa (redação); **Adão Capa**, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, **Salvador:** (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adalmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emílio José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, **Rio de Janeiro:** (R. de Lapa, 200 s/408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Haselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Lúcia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Auran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas.

ESCRITÓRIOS:
Araçájo: (SE): David Dantas, **Campanas:** (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros, **Pernambuco:** (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelino, **Pernambuco:** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição), **João Pessoa:** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, **Natal:** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis, **ADMINISTRAÇÃO:** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silveira, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Veria, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes, Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccini (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte), Adalmo Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Compõe e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

AJUDE EM TEMPO A SEGURAR O ROJÃO!

Bomba à mineira, não. Tutu, sim. Em Tempo não se intimida com os atentados que vem sofrendo. Mas, bombas ajudam a causar rombos no orçamento. Dê uma força para a imprensa combativa e independente. Faça uma assinatura de Em Tempo, ou convença os amigos.

Ajuda um jornal malcriado a continuar jogando francelino no ventilador.

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
 Endereço Bairro
 Fone Cidade Estado CEP
 End. Comercial Horário Fone
 Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
 Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

EM TEMPO:

DEBATE / CONJUNTURA

A CRISE SUCESSÓRIA

Os fatos políticos e militares que escaparam ao público nos últimos dias, por descuido ou interesse de órgãos governamentais, deixaram mais evidente ainda a crise do regime (e o isolamento do grupo do Planalto). No centro do palco, a questão sucessória, alimentando divergências e dissidências entre as altas cúpulas, leva as tensões ao limite, num momento em que tudo parece caminhar para um desfecho - ainda que parcial - no próximo dia 15 de outubro, quando da escolha entre Euler e Figueiredo.

Aliás, a questão sucessória sempre foi questão problemática para os governos posteriores a 1964, a tal ponto que, apesar de todos os recursos do autoritarismo, nem Castelo, nem Costa e Silva, nem Médice, lograram conseguir fazer o sucessor que desejavam. São os tropeços autoritários atingindo os agentes do próprio autoritarismo.

Geisel - Golberi & Cia. pretendem agora passar o bastão a Figueiredo. O chamado grupo do Planalto acredita - ou acreditava - ter amarrado completamente a jogada para chegar a um final feliz. Mas, de repente, estouram as dívidas cizanias, expressão das discrepâncias de interesses entre os setores burgueses, os rachas e contra-rachas; e agora o fato consumado através da candidatura Euler Bentes.

Na semana passada, o novo toque de alerta foi dado pela notícia das circulares do CIEIX - Centro de Informações do Exército -, as quais atacavam o candidato Euler Bentes, com base num artigo de Adirson de Barros ("Última Hora", Rio). As circulares, que deveriam ser lidas por comandantes militares como ordens-do-dia a seus subordinados, identificam Euler como "conduto do radicalismo de esquerda", numa clara intenção de botar lenha na fogueira para torrar a candidatura do MDB naquelas áreas.

O Estado de S. Paulo, por exemplo, em editorial, classificou o fato como "sem precedentes na história recente do País". E Euler, na quarta-feira, revelando outras provocações além dessas do CIEIX, como cartas anônimas contra sua candidatura quem têm circulado em meios militares e civis.

Seguro de suas forças, ou talvez desesperado, o general-candidato Euler foi enfático: "E para lá de evidente que há uma campanha intimidatória sobre pessoas, sobre o povo em geral, que visa, em primeiro lugar, criar e medo em todos os segmentos da sociedade que se empenham na luta pelo Estado de Direito. A portaria do Ministro do Trabalho faz parte deste jogo" (Folha de S. Paulo, 13/9). Portaria do Ministro do Trabalho: aqui outro lance recente que demonstra a maquiagem intimidatória do governo ante todo tipo de oposição. O Ministro Prieto, pela TV, tentou enquadrar os sindicalistas mais combativos numa disciplina de quartel, ameaçando que o governo "agirá com firmeza" (entenda-se: na lei ou na marra).

Sobre a escala de intimidação, o vice de Euler, senador Paulo Brossard, disse a EM TEMPO na última quarta-feira: "Temo que a coisa ganhe proporções extraordinárias. Não quero alimentar boatos, nem fazer previsões. Mas tudo isso, sem dúvida, tem semelhança com expedientes utilizados pela Alemanha nazista".

A seguir, a título de debate sobre tais questões, publicamos entrevistas com um pesquisador dos assuntos econômicos e políticos da conjuntura (professor Bresser Pereira) e um estudioso da problemática militar no Brasil (o historiador e general-reformado Nelsom Werneck Sodré).

Figueiredo segundo Werneck Sodré:

ALTO COMANDO SEGURA AS PONTAS

Nelson Werneck Sodré é um dos poucos intelectuais brasileiros que estuda a questão militar. General reformado, tem várias obras publicadas sobre temas da história do Brasil, entre elas "Memórias de um Soldado" (1967) e "História Militar do Brasil" (1970).

Na entrevista seguinte, concedida na quinta-feira passada, em sua residência no Rio de Janeiro, ele comenta a crise político-militar atual e suas tendências.

Sobre a hipótese de um terceiro nome como alternativa a Figueiredo e Euler, ele acha que "não existe hoje nenhuma possibilidade deste tipo, inclusive por uma questão de tempo." E afirma que o peso da hierarquia no exército tem alta relevância: "O Alto Comando não vai rachar de jeito nenhum".

Eis seu depoimento a Cecília Costa:

Como é que o senhor está vendo a situação atual das Forças Armadas, fase é dupla candidatura militar?

Haver dois candidatos militares é um fato novo no regime e denuncia uma coisa que é normal, ou seja, o direito dos militares escolherem um candidato independente daquele que lhes é imposto. Eu digo que isso é normal porque nada mais justo que haver possibilidade de opção. A população está erradamente acostumada ao candidato único, o que é ruim.

O que o senhor acha que as candidaturas, na realidade, representam?

A candidatura oficial representa a intenção de manter o regime tal qual é, com operação plástica. A candidatura não oficial representa o desejo de modificar o regime. Não vamos discutir em que profundidade.

O que o senhor acha da chamada "divisão" no Exército?

Não acho que exista uma cisão no Exército, pois, como já disse, é normal haver dois candidatos. Anormalidade vem sendo encarada como um fato escandaloso. Isso é típico da atual situação política brasileira.

O senhor considera que o general Euler está defendendo as suas posições, ou o programa do MDB, que teria lhe sido imposto, em virtude da legenda necessária a que ele se tornasse candidato?

Em política, não importa se o candidato é sincero, ou não. Mas o programa que está defendendo, isto sim, é essencial. Euler Bentes, politicamente, representa uma intenção de modificação do regime. Logo não faz sentido entrar no campo ético. O que vale mesmo, o que deve ser levado em conta, é sua figura política.

Como é que se poderia comparar esta situação de hoje com outras anteriores, de 1945 por exemplo? E o senhor considera válida a hipótese de uma candidatura golpista?

As situações históricas não são comparáveis. A conjuntura é sempre diferente. Em 45, a conjuntura era muito favorável a democracia. Existiam também, e verdade, duas candidaturas militares, a de Dutra e a do Brigadeiro Eduardo Gompes. Duas candidaturas ruins, que representavam o desejo de não mudar o status quo. Hoje em dia, o que existe é um candidato como desejo expresso de mudança: o Euler. E vale frisar aqui o que também já afirmei: não estou discutindo o alcance da mudança que se propõe. Não acredito que nenhuma das duas candidaturas seja golpista. Porque são poucas, afinal de contas, as possibilidades de um golpe. Um dos candidatos está dentro do sistema. O outro, por sua vez, não tem as mínimas condições para dar uma demonstração de força. Não estou me referindo à questão dos "dois por cento" de apoio, nas Forças Armadas, que lhe foram atribuídos. Esses dois por cento significariam uma preferência eleitoral. Golpe é como eu disse: um ato de força. E quem tem força ainda é o candidato oficial. Portanto, não será necessário apelar para atos de força. Por outro lado, acredito que por parte do candidato não oficial, não exista sequer esta intenção.

Mas levando em conta que o regime se encontra em nítido processo de desgaste, e que é o regime que dá sustentação ao candidato oficial, o senhor acredita que esta força que ele possui ainda pode se manter?

Voce precisa levar em conta o peso da hierarquia que dentro do Exército tem extraordinária relevância. A oficialidade jovem, sem dúvida, já inspira, há algum tempo, por mudanças. Mas a oficialidade jovem sem os generais não faz nada. Os generais, por sua vez obedecem ao Alto Comando. E o Alto Comando não vai rachar de jeito nenhum. Está com o Figueiredo, foi todo constituído pelo atual Presidente, que também escolheu o candidato (oficial).

Mas, entre 1922 e 1930, não foram os "tenentes" que ajudaram a minar o aparelho do Poder?

Não podemos fazer comparações com situações de golpe do passado. 1964 tem um caráter inteiramente novo com relação a outros golpes dados no Brasil pelas Forças Armadas, às vezes até com caráter positivo. A intervenção era instantânea, ou muito rápida. Derrubava-se o governo estabelecido e voltava-se para os quartéis. A revolução de 1964 veio para ficar. Os militares daquela época se apropriaram do poder e por sua vontade ficaram com ele por mais 150 anos.

Qual a possibilidade do surgimento de um tertius nas próprias Forças Armadas?

Não existe hoje nenhuma possibilidade desse tipo. Inclusive por uma questão de tempo. A eleição ocorrerá daqui a um mês e a situação política do país ainda não se agravou a tal ponto que se tornasse necessária uma outra candidatura pacificadora, de dentro do próprio Exército. Tal agravamento poderá se dar depois desta data, mas já então sob a égide de Figueiredo, como Presidente eleito.

E a alternativa de uma candidatura civil? Poderia harmonizar as coisas?

Civil não tem vez. Sobre esta questão gostaria de deixar claro o seguinte. Não distingo entre civil e militar, para fins eleitorais, de candidatura. Poderíamos ter um candidato civil tão ruim quanto o oficial. Os candidatos não são ruins por serem militares. O di-



"A oficialidade jovem sem os generais não faz nada; e estes não racham de jeito nenhum".

mento de um tertius nas próprias Forças Armadas?

Não existe hoje nenhuma possibilidade desse tipo. Inclusive por uma questão de tempo. A eleição ocorrerá daqui a um mês e a situação política do país ainda não se agravou a tal ponto que se tornasse necessária uma outra candidatura pacificadora, de dentro do próprio Exército. Tal agravamento poderá se dar depois desta data, mas já então sob a égide de Figueiredo, como Presidente eleito.

E a alternativa de uma candidatura civil? Poderia harmonizar as coisas?

Civil não tem vez. Sobre esta questão gostaria de deixar claro o seguinte. Não distingo entre civil e militar, para fins eleitorais, de candidatura. Poderíamos ter um candidato civil tão ruim quanto o oficial. Os candidatos não são ruins por serem militares. O di-

Euler segundo Bresser Pereira:

UMA TENTATIVA PARA A BURGUESIA

Qual o significado - para a burguesia - das candidaturas Figueiredo e Euler? Quais os compromissos e limites de cada qual?

Estas questões, além das hipóteses de desdobramento da questão sucessória, são analisadas aqui por Luiz Carlos Bresser Pereira, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, autor de vários livros (entre eles, "Desenvolvimento e Crise no Brasil" e "Empresários e Administradores no Brasil", editados em 1968 e 1974).

Recentemente, baseado em suas pesquisas, Bresser Pereira vem publicando uma série de artigos sobre as relações entre burguesia e poder político no Brasil. Eis seu depoimento a EM TEMPO:

Em artigo recente, você defende a tese de que a alternativa Euler é a opção para que a burguesia conquise sua hegemonia política. Você poderia resumir aqui o argumento...

Há um ano venho fazendo uma análise política que desde o pacote de abril se confirma inteiramente. Já escrevi uma série de artigos que saíram num livro. "O colapso da aliança de classes". A partir da desacerção econômica ficou patente que a crise política seria inevitável. A burguesia percebe que não é classe dirigente ape-

sar de ser dominante, pois a entrega do poder à tutela militar após 64, especialmente após 68, fez com que agora, em momentos de crise econômica, ela, a burguesia, sentisse que o poder se tornou cativo de uns poucos grupos. Por burguesia, entendo aqui alguns milhões de pessoas, em especial os setores médios e pequenos, pois os grandes grupos estão perfeitamente representados no Planalto. Para estes setores da burguesia aos quais me refiro, a democracia é hoje vital. A democracia é a forma clássica da burguesia conquistar sua hegemonia política plena; é através desta forma que ela, por ser uma classe muito grande e anárquica por natureza, como é a sua economia, divide o poder, se apossa dele, e faz a posse dele potencialmente viável aos vários de seus grupos. E é negável que hoje no Brasil é Euler quem oferece este caminho, e de forma alguma Figueiredo. A aliança da burguesia, tomada no seu conjunto, com a tecnoburocracia, está definitivamente rompidada.

Mas a trajetória da candidatura Euler, não apresentando até agora apoio significativo de setores da burguesia, não estaria a desmentir esta adequação de interesses que você defende?

Pode ser de fato que a burguesia tema a democracia prometida por Euler, vindo a se recompor em torno das reformas de Figueiredo. Mas esta ditadura moderada que poderá daí resultar terá inevitavelmente fôlego curto. É claro que o ideal para a burguesia seria

"Melhor solução para a burguesia seria Magalhães!"

Magalhães: não despertaria os temores que Euler traz de estatização e ou semelhança com os autênticos - coisa que aliás o governo tem sabido aproveitar em seu contra-ataque. Mas isto não é verdade, o Euler até agora não fez nenhuma promessa mais "revolucionária" aos trabalhadores, por exemplo. A democracia dele não será, seguramente, aquela com a qual muitos sonham. Mas a importância do respaldo militar para uma decisão alternativa no Colégio Eleitoral se tornou uma questão vital, e daí Magalhães saiu do páreo. Já o fato da burguesia não ter ainda se manifestado por Euler não é de se espantar. Pois esta classe não faz política partidária diretamente. Os empresários estão sempre juntos ao governo, porque lhes é necessário. A burguesia nunca se manifesta claramente. Há o setor dos capitalistas ativos que operam nos seus vários ramos, e a representação política que se dá através de seus representantes, os políticos, os jornais etc. Estes sim, embora poucos, têm se manifestado a favor de Euler.

Num outro plano, até que ponto uma democracia conseguiria no Brasil de hoje conter e equilibrar os con-

flitos sociais que inevitavelmente eclodiriam num quadro mais aberto politicamente

De forma alguma concordo com o suposto dilema "fascismo ou socialismo". A realidade é mais dialética, e a prova está aí. Em primeiro lugar não vejo tanto radicalismo nas reivindicações que hoje começam a se ensaiar em diversos setores sociais oprimidos.

Depois, o desenvolvimento capitalista provou ser compatível com distribuição de renda pelo menos na medida do crescimento do progresso técnico; pelo menos, porque em determinadas conjunturas a burguesia aceita inclusive uma administrar este novo capitalismo, é possível que venham a surgir outros. A ameaça de um retorno populista não me parece de todo descartável, pelo contrário, parece ser uma tentação cada vez maior a muitos. Esta copatibilização de capitalismo com democracia ocorreu na Europa há mais de um século, e talvez possa agora ocorrer no Brasil. O problema também é que a burguesia no seu conjunto não tem alternativa senão esta, e ela também corre riscos em determinadas circunstâncias. O que ocorre é que a burguesia constrói tecnoburocracias que em seguida lhe marginalizam. Na medida em que a clas-

"Figueiredo representa uma ligeira operação plástica no regime".

"O episódio relevante eleição de 15 de novembro: será um plebiscito".

jota-se nesse descontentamento generalizado duas componentes. A dos que desejam liquidar o regime e do que pensam, mas ao mesmo tempo, temem liquidá-lo.

Nesse segundo bloco, digamos assim, ainda esta o peso maior. O medo de que possa vir depois ainda é muito grande. Ou mais concretamente: enquanto a classe operária não entrar no palco, a qualidade do processo é uma. Com a participação dos trabalhadores, a qualidade passa a ser outra. Por isso tudo acho que o processo será muito longo e, provavelmente, tempestuoso. A mudança do regime, a abertura, a volta à democracia não serão para lá. Em resumo: não estamos na porta do paraíso. Teremos um longo período de purgatório. A duração desse período depende de nós todos.

Dentro da conjuntura que estamos vivendo, esse descontentamento a que o senhor se referiu, teria como causa principal a situação economi-

Euler segundo Bresser Pereira:

UMA TENTATIVA PARA A BURGUESIA

"A ameaça de retorno populista não seria de todo descartável, pelo contrário..."

a burguesia se fortalece ela é obrigada a lançar mão de expedientes que em seguida cavam-lhe a sepultura. Este é o dilema. O que ela hoje quer é uma alternativa mesmo que de médio prazo, pois como disse Keynes, "a longo prazo todos estamos mortos".

Como você explicaria o fato de até agora o general Euler não ter apresentado um claro programa econômico, dando-se a confundir com Figueiredo neste plano?

E verdade que até agora ele só falou de generalidade. Por exemplo, na questão dos juros, simplesmente se mostrou contra a alta exagerada atual. Não formulou, por exemplo, a proposta de Saturnino Braga, com a qual concordo, de estatização do sistema financeiro como solução primeira para qualquer rearranjo econômico atual. Mas o general tem que ter prudência. Tanto porque ele este defronta com uma situação complexa, e de difícil solução, como porque também tem que se preocupar no momento com a necessidade de

ca ou alguma outra causa mais geral, de caráter político?

O povo, em geral, está descontente por tudo, desde a não participação no processo político, até as questões econômicas, custo de vida, inflação, etc. Agora, existe também uma fração da burguesia, mais ligada à atividade industrial, que acompanhou o movimento de 64, e que depois, hoje, principalmente, não se mostra mais satisfeita, desde a estatização, até a preferência clara demonstrada pelo capital financeiro, etc. Daí a heterogeneidade das forças que constituem esse "descontentamento", praticamente, abrangendo todas as classes sociais do país. Vamos deixar claro que há dois tipos de mudança. Para o restabelecimento de um tipo de democracia, talvez mais avançado até que o que nasceu do processo de 45/46, podemos contar com uma fração burguesa "descontente". Outras mudanças, entretanto, mais radicais, não serão conduzidas senão pelas classes e setores sociais que nisso tiveram seus interesses bem claramente jogados. Não se pode ter ilusão de que uma classe venha a fazer uma revolução contra seus próprios interesses. O papel da classe operária, desde já, ganha uma grande importância.

E como o senhor está vendo a situação concreta, de consciência e organização, da classe operária, face a esta importância que a conjuntura já vai lhe exigindo? Como operários devem atuar?

Eu não tenho fórmula nenhuma para sugerir, sequer. A classe operária encontra-se sozinha seus próprios caminhos. Os trabalhadores devem conquistar sua total autonomia, o que incluiu o afastamento da tutela Ministério do Trabalho. Mas isso não é receita. Eu não vou dar receita para uma classe. Acredito que, atualmente, o operariado brasileiro esteja muito mais maduro que na época anterior a 64. Até pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em nosso país. Por isso ele terá condições de elaborar suas soluções.

A formação de novos partidos, no momento atual, o senhor acha que poderia auxiliar a marcha para a democracia, a organização dos operários?

Uma sociedade dividida em classes exige, naturalmente, pluripartidarismo. No caso brasileiro, trata-se mais de uma questão de oportunidade. Estamos em setembro de 1978. O instrumento é o MDB. Adiante, quando surgirem condições democráticas, o pluripartidarismo criará outras opções. É importante destacar, ainda nessa questão, é que 1978 transcende o fato da sucessão presidencial. Ou seja: dentro do horizonte do ano corrente, vivendo as preliminares do processo de redemocratização, o episódio relevante é a eleição de 15 de novembro, por possuir um sentido plebiscitário de condenação do regime.

Euler segundo Bresser Pereira:

UMA TENTATIVA PARA A BURGUESIA

ampliar a frente e recuperar o tempo perdido e o desgaste sofrido. Portanto, é tática a indefinição que você aponta. O importante agora é conquistar políticos e militares para sua proposta. Tanto isto é verdade que Figueiredo deixou de lado suas andanças desastrosas e estacionou em Brasília para conspirar.

Pulando para hoje, como você vê a campanha de intimidação do governo que Euler denunciou?

Euler e seu projeto democrático são uma boa alternativa hoje para a burguesia. Mesmo com os riscos, repito, pois isto faz parte do jogo democrático. A burguesia constrói a democracia mas não tem controle absoluto sobre ela. Aliás, a democracia é construída por este processo algo caótico. Mas a burguesia tem a base material deste processo, e portanto não tem porque temê-lo como alguns querem crer. Bem, se a solução Euler é boa para a burguesia, ela é ideal para os militares. A imagem dos militares como possos de indole ruim, que querem fascizar o país é caricaturalmente falsa. Eles são pessoas normais, e hoje estão interessados na democratização. Pois o exército entrou num processo de desmoralização e intenso desgaste com a ditadura, com a tortura e a repressão em geral e a corrupção, do qual os militares querem hoje se ver livres. Exceto a cúpula, que está comprometida com o governo, as Forças Armadas querem a volta da democracia. E para isto elas não têm dúvida de que Euler é o ideal, especialmente se comparado com Figueiredo.

Com saldos positivos na organização e na consciência, os professores paulistas terminam a greve, mas garantem que o movimento reivindicatório vai continuar.

De volta ao quadro negro

Sem conseguir o atendimento das suas reivindicações principais, entre elas o aumento salarial de 27% imediato, os professores paulistas da rede pública de ensino, suspenderam no meio da semana a greve, que já durava 24 dias em mais de mil escolas espalhadas. Eles aprovaram uma carta aberta, na qual fazem uma avaliação crítica e apontam alguns limites do movimento. Mas concluem que valeu a pena paralisar o

trabalho, pelos saldos organizativos da categoria profissional, um contato maior com a população e o combate à política educacional do governo. Nesta matéria, uma entrevista com um dos professores que participaram do Comando Geral da Greve, Edgar Fernandes, da região do ABC, que apresenta uma análise e um histórico da greve.

Após vinte e quatro dias de greve, os professores da rede oficial de ensino paulista decidiram retornar ao trabalho. A decisão foi tomada numa assembleia realizada no dia 13, quarta-feira, com a participação de mais de cinco mil professores. Em "Carta Aberta à População", eles denunciam: "Esse tempo todo em que ficamos sem aulas, sem que as autoridades tenham tomado quaisquer medidas concretas para reverter a aflição de professores, pais e alunos, demonstra o menosprezo com que este Governo trata a Educação".

Diante deste descaso total das autoridades à Educação, o movimento grevista não foi suficiente para ver atendidas as reivindicações, esclareceram os professores. E mais: "Porque limitamos a nossa luta apenas a nós, professores, essa pressão não foi o bastante. Vemos, portanto, a necessidade de colocarmos à população que nossa luta por melhores condições de ensino é também dela. Que somente quando outros setores da população se unirem aos professores nessa luta veremos concretizados nossos ideais de uma escola gratuita e democrática, onde a liberdade de discussão entre professores e entre professores e alunos possibilitem uma visão crítica da sociedade e do mundo em que vivemos."

No balanço que fazem, os docentes deixaram claro "que retornamos às aulas com algumas derrotas, mas também com muitas vitórias." "Uma delas, a mais importante, é a organização do professorado e a abertura de um contato maior com a população. Para nós a greve, voltamos às salas de aula discutindo, debatendo, fortalecendo nosso união e organização para assim combatermos mais efetivamente a política educacional do Governo".

O movimento continua. Foram marcadas reuniões de pais e professores nas regionais e, no próximo dia 24, uma Assembleia Geral.

O que foi a greve

EM TEMPO entrevistou Edgar Fernandes, professor e um dos representantes da região da ABC paulista no Comando Geral da Greve, que discute o movimento grevista, seus saldos e continuidade.

Quais são os saldos do movimento grevista?

O movimento dos professores não teve início há 20 dias atrás. Ele existe há mais de dois anos. O movimento veio batalhando, lutando em torno de suas entidades. Ficou provado neste processo que as diretorias sindicais não representam o conjunto da categoria, chegando ao ponto, inclusive, de trair, quando foram contra o movimento grevista. O que temos de saldos: primeiro, o processo de unificação do conjunto dos professores. Há muito tempo os professores eram desacreditados, e era propalado que eles não tinham consciência de classe, não tinham união. A opção de greve se deu depois de tentativas de outras formas de luta, seja abaixo-assinados, memorias, com o que não conseguimos nossa reivindicações.

O professorado resolveu então optar pelo único instrumento que não só ele, mas todos os trabalhadores possuem, a greve, procurando conseguir o atendimento de suas reivindicações. Quando a gente fala em saldos, um deles é, sem discussão, consenso entre os professores: a sua união. Em segundo lugar, apontamos que, pela primeira vez, os professores conseguiram participar da elaboração do ante-projeto do Estatuto do Magistério, ou seja, do substitutivo que vai encaminhar cerca de oitenta emendas dos professores. Além disso, o professorado conseguiu dar um passo organizativo muito importante. Temos bem claro que este é o primeiro momento da luta em prol da conquista de nossas reivindicações. É bom ressaltar que os professores cresceram em organização. Quando conseguem núcleos por escolas, comissões regionais e o Comando Geral da Greve que é reconhecido por todos os professores.



Como foi a reação da Direção dos colégios?

Uma minoria de Diretores, não compreendendo a importância do movimento grevista, teve uma atuação negativa. Inclusive, uma atenuação de repressão ameaçando de demissão, chamando a polícia, tentando intimidar de outras formas. Mas tivemos o apoio de uma boa parcela de Diretores, uma vez que se não contribuíram integralmente, também não atrapalharam.

E os órgãos de repressão?

A reação foi com o intuito de intimidar, pelo menos até o presente momento, ressaltado. Isto é, ameaçando de levar nomes ao DEOPS; conduzindo professores até a delegacia e lá anotando seus nomes.

A reação dos pais foi positiva ou negativa? E dos alunos?

A reação dos pais foi extremamente positiva. Inúmeras moções de apoio de pais e associações de pais, apesar da Secretaria da Educação tentar distorcer nosso movimento, fazendo crer à população que nessas reivindicações já tinham sido atendidas. Quanto aos alunos, idem, inclusive tentando se unir a seus colegas. Tivemos, em assembleias, apoio efetivo de secundaristas.

Que papel cumpriu o Comando Geral da Greve e como foi escolhido?

Foi eleito democraticamente e é constituído por representantes das diversas regiões, o que rechaça informações veiculadas de que o CGG era anti-democrático, não representativo dos professores, como afirmou a diretoria da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e CPP (Centro dos Professores Paulistas) em notas pagas à grande imprensa. O Comando teve o papel de centralizar o movimento, como todo e qualquer movimento precisa de uma centralização para que possa dar um encaminhamento às conquistas em luta. Dentro disto, teve papel efetivo de garantir as negociações e de executar o que as assembleias, numa comissão pró-entidade única dos professores. Isto porque temos a APEOESP, CPP, APM, que congregam a mesma categoria. Há uma dicotomia que se criou para dividir o professorado. Hoje mais do que nunca, se abre a perspectiva de unificação numa só associação que congregue todos os professores do ensino oficial.

Como se organizou a greve em São Paulo? E no interior?

A organização nasceu, efetivamente, numa reunião realizada em 29 de junho. Formaram-se núcleos por escolas, a partir deles as comissões regionais que elegeram representantes, constituindo assim o Comando Geral da Greve. A orientação para o interior foi a mesma, inclusive enviando representantes para o CGG.

Qual a ligação do movimento com as condições de ensino?

Tem muita ligação, se reconhecemos o professor como o principal agente do sistema educacional. Se ele não tem condições de pesquisar, de aprimorar seus conhecimentos, isto reflete diretamente no nível de ensino. Não é só,

Reivindicamos melhores condições materiais nas escolas, uma vez que não só as escolas estaduais, mas também as municipais ressentem-se de pessoal administrativo, de condições materiais pedagógicas, de laboratórios, etc, para que possam desempenhar seu papel. Há, então, a exaustiva jornada de trabalho onde os professores têm que trabalhar de manhã, tarde e noite para poder sobreviver, resultando numa queda da qualidade de suas aulas.

Por que os setores médicos (médicos, bancários, entre outros) emergem hoje em cena?

Como o professor, queira ou não, é também um trabalhador - com uma diferença, que é trabalhador que não produz riqueza - ele vem sofrendo, como os demais setores, um achatamento salarial, uma decomposição do nível de vida. E isso, a meu ver, explica a mobilização dos setores médios. O que os unifica é que são todos trabalhadores assalariados. Mas é preciso que a consciência desta relação, desta unificação se dê coletivamente. Mas acho que não está muito longe de os trabalhadores adquirirem a visão de luta única contra o arrocho salarial, por melhores condições de vida e trabalho.

Faça um quadro das principais reivindicações e seu atendimento

- 27% de aumento já e não em suaves prestações como o Estado nos acenou; - mínimo de 20% de hora-atividade para que o professor possa a cada ano aumentar sua preparação e a qualidade das aulas. O Estado manteve os 10% - outra reivindicação é a de contratação pela CLT para os precários, o que não foi atendido.

E a decisão de volta às aulas?

Voltamos às aulas não como uma derrota, mas como uma vitória. Este movimento foi o primeiro passo, um alerta não só às autoridades mas à sociedade como um todo, da importância de nossas reivindicações.

Quais as perspectivas do movimento?

Não se resume apenas na continuidade da luta pelas reivindicações. Há a disputa para as eleições da APEOESP no início do ano que vem; a perspectiva de formação de uma entidade única. Além disto aprovou-se em assembleia um órgão oficial dos professores, que será o jornal "O Precário", que não só relatara os acontecimentos, mas será um órgão de comunicação dos problemas dos professores, do atual sistema educacional. Este jornal vai unificar o professorado em torno da entidade única. Além disto, há a proposta de realizar um Congresso Estadual dos professores, visando discutir os problemas numa perspectiva de um Congresso Nacional. Sabemos que os problemas são comuns no país e seria importante unificar nossa luta em termos nacionais. Finalizando, a greve dos professores na atual conjuntura marca um momento onde a sociedade clama por participação e melhores condições de vida e trabalho.

(Jesus Varela e Samira Zaidan)

BAHIA

Linotipos no fim, gráficos na rua.

Em Salvador, todo fim de mês o pessoal da demissão ronda as oficinas dos jornais da grande imprensa. Máquinas modernas de composição gráfica substituíram os pesados linotipos e os operários vão recebendo aviso prévio, lentamente, em pequenos grupos. O dirigente do sindicato prefere trançar pelos gabinetes pa-turais, a defender a categoria.

Se não fossem os grandes e negros linotipos parados, o prelo e outros monstros do meio do amplo salão, um visitante teria a impressão de que estaria num clube recreativo. Num canto, os trabalhadores gráficos se divertem parte da tarde e toda a noite, jogando dominó e baralho, enquanto aguardam o "aviso prévio", que infelizmente aparece a cada fim de mês, atingindo cerca de cinco trabalhadores.

Em Salvador esse processo iniciou-se em 1969, com o nascimento da Tribuna da Bahia, primeiro jornal a utilizar fotocompositores. Depois foi a vez do Jornal da Bahia. Inevitavelmente chegaria ao tradicional Tarde, o de maior circulação no Estado.

As máquinas começaram a funcionar em A Tarde a 1º de abril deste ano. Hoje, cinco meses depois, constata-se que o saldo é inquietante: já foram demitidos cerca de 20 gráficos entre linotipistas, prelistas, emendadores, paginadores e tiradores de provas.

Que sindicato é esse?

Para os operários, o que falta são gestões do seu sindicato junto às empresas gráficas e jornalísticas. Achem que poderiam ser utilizados nas "novas máquinas", mas não procuram o órgão de sua classe por achá-lo inoperante. Acusam o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas da Cidade do Salvador, Carlos Moreira da Silva de defender os interesses das empresas.

Um linotipista desabafa: "Moreira, quando vem aqui na Tarde", nem entra na oficina, vai direto para a sala dos diretores. Até parece que é do sindicato patronal. De certa forma, porém, o culpado é a gente mesmo que elegemos Moreira mais uma vez".

A categoria dos gráficos de Salvador sempre foi respeitada pela sua combatividade. "O Sindicato começou a perder a representatividade-explica um linotipista, 25 anos de profissão-de 64 para cá, depois do movimento de março. A campanha pelo adicional de insalubridade foi uma das mais movimentadas que já fizemos. Antes do aparecimento das "novas máquinas" a média salarial de um linotipista era de 16 a 18 mil cruzeiros (trabalhava-

mos dois turnos, 12 horas diárias). Atualmente, poucos conseguem fazer 16 mil. Por isso é que as empresas preferem trabalhar com datilógrafos, que recebem 3 ou 4 mil cruzeiros".

Sindicato ou abacaxi?

Operário do jornal A Tarde (estereotipista), Carlos Moreira da Silva está à frente do Sindicato dos gráficos há 12 anos. Sempre reeleito: "Nunca houve oposição - afirma - porque o sindicato é um abacaxi. Queriam que tivesse oposição, pois assim eu poderia largar esse abacaxi. Quando assumi o sindicato, não havia nada aqui, hoje temos carro e telefone".

Moreira não aceita a acusação de que defende interesses que não são dos operários: "O Sindicato está aberto a todos. Os operários que venham a mim. Eles, que são ameaçados, é que devem vir me procurar, eu não devo favor a A Tarde, apenas me relaciono bem com a direção da empresa. Por ser funcionário da A Tarde, não vou adivinhar a situação de cada um. Se eu conversasse com cada empresa, talvez os operários fossem aproveitados, pelo menos alguns. Mas a empresa quando demite não consulta o Sindicato, e os trabalhadores nunca reivindicaram a nossa interferência".

Moreira diz ainda que estatisticamente ele não sabe dizer quantos operários foram demitidos em Salvador, com o uso das novas máquinas. "Primeiro porque o Sindicato não é consultado quando vai haver demissões, e segundo, porque a maioria das homologações é feita na Delegacia Regional do Trabalho". Mas garante, que somente no Jornal da Bahia, por exemplo, atualmente só existem dois linotipistas. Na A Tarde só foram aproveitados três operários, e na Tribuna da Bahia restam apenas cinco linotipistas.

Agora mesmo correm rumores de que o Diário de Notícias, o único jornal em Salvador cuja composição é totalmente linotípica, vai modificar modernizar o seu parque gráfico e acabar com a composição a quente. O Sindicato não pode tomar nenhuma posição, porque segundo o presidente, até agora só ouviu boatos.

Se é verdade que a empresa vai acabar com o linotipo, diz Moreira, não posso fazer nada, acres-

centando que nem mesmo a Federação Nacional dos Gráficos tem condições de impedir as constantes demissões em todo país, "que é que eu posso fazer aqui em Salvador"? E cita o seu próprio exemplo: ainda não foi demitido porque está no Sindicato, achando que a tendência é acabar a profissão.

Apreensão, opção e FGTS

O linotipista Evandro Celestino da Silva, do jornal A Tarde, 24 anos de profissão tem um motivo a mais para estar apreensivo: com mais dez meses de atividade ele poderia aposentar-se. Agora corre o risco de ser demitido e consequentemente perder a aposentadoria. Acha que se for despedido vai ter de ir para o Sul do país porque em Salvador, "nem as pequenas gráficas tem mais vagas".

A jornada de trabalho da fotocomposição é apontada pelos gráficos como outro problema para o aproveitamento dos gráficos. O pessoal da fotocomposição trabalha oito horas por dia, enquanto os gráficos, após muitas lutas, inclusive uma greve, conseguiram reduzir a jornada para cinco horas. Os gráficos só teria duas opções: abrir mão de um direito adquirido e trabalhar oito horas, ou fazer diariamente três horas extras, o que não interessa a empresa, porque além de ser oneroso, "vinte e quatro meses depois, essas horas extras seriam computadas como hora normais", com todas as implicações trabalhistas, segundo os gráficos.

Outra solução também descartada pelos gráficos é a "complementação de serviço", através de três turmas em revezamento. Explicam que assim a fotocomposição funcionaria com cerca de 36 pessoas em vez de 22 utilizadas atualmente. O que os gráficos não percebem é que as soluções que poderiam favorecer os trabalhadores, são desprezadas pelas empresas porque existe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que contraria aos interesses dos trabalhadores, e por isso combatido pelas autênticas lideranças sindicais, porque entre outras coisas permite a alta rotatividade da mão de obra. (Sucursal de Salvador)

MINAS

Sabará agitada com greve de Monlevade

A paralisação numa fábrica da siderurgia Belgo Mineira esquentou os trabalhadores em outras, que agora reivindicam aumento salarial e melhoria nas condições de trabalho.

A greve vitoriosa dos metalúrgicos da cidade mineira de João Monlevade começa a repercutir em outras fábricas da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Terça-feira, dia 12, em Sabará, uma cidadezinha colada em Belo Horizonte, 700 operários da firma realizaram uma assembleia do sindicato, pela campanha salarial.

Comentário de um trabalhador, um dos 1740 da fábrica, que já participou durante seis anos na direção do sindicato: "essa assembleia foi uma coisa tremenda. Antes sempre teve pouca participação. Essa agora foi muito boa e o movimento aqui começou mais com a luta de Monlevade. Quando o pessoal de lá reivindicou, fez greve e ganhou, a direção do sindicato aqui acordou. Em Monlevade, o trabalho é de base, bem antigo. Em Sabará ainda não existe trabalho de base, mas essa assembleia vai ser o começo".

Grande parte dos operários pega o turno das sete da manhã às quatro da tarde. Outra parte, formada por aqueles que operam alto forno e aciaria, trabalha no regime de três turnos, com uma escala de revezamento que impõe ao operário uma jornada de sete dias consecutivos na produção. Semelhante ao movimento de Monlevade, em Sabará as duas grandes reivindicações são o aumento de salário acima do índice fixado pelo governo e a mudança nessas escalas de revezamento de turno, para os que trabalham em três horários, e a adoção da semana inglesa para os que trabalham no turno das sete da manhã às quatro da tarde.

Eles querem trabalhar cinco dias e compensar o sábado durante esses cinco dias. Mesmo recorrendo ao regime de trabalho do pessoal de três turnos é muito mais pesado, no entanto o pessoal que pega trabalho num só turno argumenta que eles nunca tem tempo para sair com a família para um passeio ou para uma compra.

A mudança nas escalas de revezamento foi uma conquista dos operários de Monlevade, depois de uma luta travada contra a Belgo durante cinco anos. O regime de turno alternado com trabalho durante sete dias seguidos estava prejudicando a saúde do operário e até a sua vida familiar, pois os horários de almoço e de convivência com a família deixaram de existir. E as folgas só coincidiam com o domingo de dois em dois meses. Agora, com a mudança a ser implantada, os operários de Sabará trabalharão durante seis dias, com folgas de 56 e 80 horas.

Na verdade, a reivindicação de mudança nas escalas de revezamento de turno, apesar de incluída na pauta de reivindicações dos trabalhadores, já estava sendo conquistada através da justiça, pois os operários entraram com recurso contra a Belgo e venceram a primeira instância. A empresa recorreu, e antes do julgamento definitivo aconteceu a greve em Monlevade, forçando a Belgo a desistir do recurso. Assim, a questão do revezamento já é fava contada para os operários.

Além dessa reivindicação ligada aos horários e condições de tra-

balho, os 1740 operários reivindicam:

- Cr\$ mil de aumento de salário acima do índice do governo;
- pagamento de uma gratificação de 190 horas no retorno das férias e manutenção das gratificações anuais de 10% e 20% sobre o salário para os trabalhadores que tem 10 anos e 20 anos de casa, respectivamente;
- abono de assiduidade de 48 horas para ser pago no retorno das férias;
- implantação de um restaurante na usina, administrado pela Belgo;
- antecipação salarial de 5% de três em três meses;
- abono de 10% para os empregados casados e que vierem a casar-se;
- majoração no percentual da ficha de avaliação de mérito;

A contra-proposta da empresa aceitava as mudanças nas escalas de revezamento, reduz o aumento além do índice a um pagamento de Cr\$ 528, além do índice do governo, gratificação de 240 horas no retorno das férias, mas com extinção de gratificação por tempo de serviço, abono de assiduidade de apenas 25 horas, nega a antecipação trimestral e aceita pagar uma de 5% em fevereiro e outra em junho, nega o abono para os casados e a adoção da semana inglesa.

A negativa da empresa na maior parte das reivindicações levou a situação ao impasse e os trabalhadores de Sabará partiram para nova assembleia no domingo, dia 17.

OS SINDICATOS VÃO AO PARLAMENTO

Provando o sabor da "política"

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, David de Moraes, revelou a este semanário que os sindicalistas que estiveram esta semana em Brasília para acompanhar o debate do pacote das Reformas Políticas, no Congresso Nacional, pretendem voltar outras vezes, por exemplo quando entrarem em votação o decreto lei 1632, a nova lei anti-greve baixada pelo governo recentemente.

"Isto, caso a Arena supere o drama que é para ela ter que votar a mando do Palácio do Planalto tais questões", ironizou David de Moraes, referindo-se ao esvaziamento do partido governista promoveu na comissão mista que deveria apresentar posição sobre o decreto lei 1632.

O sindicalista faz portanto uma avaliação otimista quanto aos resultados da presença em Brasília de uma comitiva de líderes sindicais de expressão nacional, que durante toda semana lá estiveram.

"Praticamente não conseguimos nada de imediato, disse o jornalista. Propunha-nos a garantir o voto a algumas emendas constitucionais e contra o decreto lei 1632. Ambas as coisas não foram possíveis, mas indiscutivelmente plantamos alguma coisa".

O início do debate do pacote das reformas políticas, esta semana, foi ofuscado pela ação dos chamados "sindicalistas autênticos", que desafiaram as proibições do ministro Prieto e foram a Brasília acompanhar de perto o desenrolar da tramitação do projeto. Foi um passo importante no movimento sindical, conforme resumiu um dos dirigentes sindicais, o jornalista David Moraes: "sem deixar a luta reivindicatória, ingressamos agora na luta política propriamente dita, e o resultado imediato é a constatação de que o sistema que está aí não nos representa".

De acordo com seu raciocínio, tanto no Senado quanto na Câmara, depois de muito tempo, voltaram a ocorrer pressões legítimas por parte de trabalhadores no sentido de favorecer mudanças que atendam os seus interesses. "Esse fato é inegável. Sem deixar a luta reivindicatória, ingressamos agora na luta política propriamente dita, e o resultado imediato é a constatação de que o sistema que aí está não nos representa", completou o jornalista.

Temperando o debate

Talvez não fosse exagero ir além na análise que David de Moraes, certamente por modéstia, fez. Na verdade, a ação dos sindicatos foi o fato mais importante pelo menos até agora do debate das reformas políticas, servindo para dar-lhe um tempero mais caprichado. Ao que tudo indicava, antes da entrada em cena de Luiz Inácio da Silva, o Lula, de São Bernardo, de Arnaldo Gonçalves, de Santos, de Didimo Paiva, de Belo Horizonte, de Jacob Bitá, de Campinas, entre outros, o manjar estava condenado a um insofocável matraquear de argumentos jurídicos entre a Arena, disposta a manter seu comportamento de aprovação bovina, e o MDB, dominado pelo tom da moderação. O negócio começou a esquentar na semana anterior, no dia 30 de agosto, quando Lula esteve em Brasília e visitou parlamentares dos

dois partidos, ameaçando denunciar publicamente e fazer campanha contra aqueles parlamentares que votassem contra os interesses dos trabalhadores na questão das reformas e do decreto lei 1632.

Já em junho, tão logo as reformas propostas por Petronio Portela vieram à tona, os sindicatos repudiaram o novo pacote. Numa "Declaração Conjunta", lançada em Belo Horizonte, 32 entidades manifestaram o entendimento de que "entre nós, agora convém deixar claro que em meio a estas sugestões de reformas, que só atendem aos interesses dos grupos dominantes, é preciso que se diga que a exigência número um das entidades sindicais é a liberdade sindical".

No dia 2 de setembro, cerca de trinta sindicatos de setores diferentes da produção voltaram a se encontrar e aprovaram um estudo detalhado do Pacote de Reformas, no qual definem suas posições. Afirmaram curto e grosso: "os trabalhadores sentem-se frustrados e descontentados, mesmo porque a reforma objetivada, os mantém marginalizados do processo de desenvolvimento e, vigorantes os princípios que impedem o exercício pleno da democracia. O projeto original não conta com o apoio popular e os trabalhadores não podem aceitá-lo tal como se apresenta".

Por outro lado, neste documento, base para a ação da semana passada no parlamento, os sindicalistas ressaltam que dentre as emendas constitucionais oferecidas, "algu-

mas, embora poucas, atendem parcialmente às necessidades dos trabalhadores". E assim resolveram reivindicar dos congressistas a aprovação daquelas emendas que os sindicatos consideram que beneficiaram as classes trabalhadoras, no momento. Entre outras coisas, o documento defende a Constituinte, a anistia, a eliminação da figura do senador biônico e a revogação da Lei Falcão, pontos programáticos que ultrapassam longe a mera luta econômica e sindical, entendida nos moldes clássicos. Isto é, definem o ingresso evidente no terreno da política, acentuado ainda mais pela mobilização até o parlamento com o sentido de pressionar os congressistas e chamar a atenção da opinião pública para o fato de que os trabalhadores estão mesmo por baixo.

Enfrentando o Ministro

Logo que foi anunciada a formação de uma caravana de líderes sindicais rumo a Brasília, o ministro Arnaldo Prieto reagiu de forma surpreendente, baixando uma rigorosa proibição da concentração e soltando ameaças vigorosas, para intimidar os dirigentes das entidades profissionais.

Até hoje não deu explicações satisfatórias às acusações de utilização alarmista das célebres mordomias, alertou ainda para o seguinte:

que se esboçavam tentativas de unir sindicatos ou grupos de categorias com objetivo de criar Comando Único dos Trabalhadores ou Pacto de Ação Comum;

que a atividade político partidária, a propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições vigentes ou de candidaturas a cargos eletivos é vedada aos sindicatos por desviar a entidade de suas reais finalidades;

que não raro, neste período pré-eleitoral, tem sido constatada a presença de pessoas estranhas aos sindicatos, interferindo na sua administração e seus serviços, o que a lei proíbe;

que o emprego de verbas para deslocamentos pessoais ou de grupos, ou para reuniões com finalidades não previstas na lei, enquadradas no artigo 552 da CLT;

que os dirigentes sindicais devem se abster de promover ou participar de reuniões de caráter inter-sindical, vedadas pela legislação vigente;

que os delegados regionais do trabalho devem abrir processos contra os infratores destas determinações.

Fazendo alarme

Enfim, o ministro Prieto soltou uma catilinária brava, e reforçou-a com um compartimento alarmista à uma cadeia nacional de televisão na noite do dia 10, domingo, quando o reiterou que "cabe-me alertar,

prevenir e advertir todos os dirigentes sindicais que me conhecem que não se deixem conduzir por movimentos que alguns poucos tentam empreender, utilizando os sindicatos para objetivos fora de suas finalidades". Repetiu também a máxima de que "sindicato não é lugar de fazer política partidária".

O tiro saiu pela culatra. Prieto não conseguiu causar o pânico que pretendia, e no dia seguinte os dirigentes sindicais estavam lá em Brasília, para cumprir o prometido, alvo geral das atenções. Soltaram uma nota (ver box abaixo) respondendo ponto por ponto suas acusações e ameaças e reafirmando a disposição de permanecer em Brasília. O que foi feito.

Visivelmente desmoralizado pelos fatos, Armando Prieto foi obrigado a recuar e aproveitou-se do próprio documento dos sindicatos para concluir, em nota oficial, que "o espírito da portaria 3337 foi bem compreendido pelos dirigentes sindicais". Ou seja: "a declaração expressa do pequeno grupo de dirigentes sindicais que veio a Brasília de que o seu encontro não caracterizou qualquer atividade político-partidária, e de que não tem qualquer intenção de criar Comando Único dos Trabalhadores ou Pactos de Ação foi bem recebida pelo Ministério do Trabalho", disse Prieto na nota.

O impasse de Prieto, e do governo como um todo, ficou patente. O que ele iria fazer: prender os sindicalistas? Cercar o Congresso para que não entrassem? Intervir nos seus sindicatos?

O governo também faz análise de conjuntura e sabe que o mar não está prático, ou melhor, para ele próprio. E preferiu capitular. Os dirigentes sindicais circularam intensamente pelo congresso, nos gabinetes, nas ante-salas, nos plenários de comissões, de segunda à quinta-feira, metendo o bedelho na chamada "política". E David de Moraes voltou com uma impressão pelo menos polêmica: "o clima de Brasília não nos pareceu de crise aguda, como por vezes tem-se a impressão aqui".

(Flaminio Fantini)

Lesão insanável ao direito de greve

Os líderes sindicais presentes em Brasília esta semana voltaram a condenar o decreto lei 1632, baixado em agosto pelo governo federal para definir quais são as atividades consideradas essenciais na economia, nas quais não serão permitidos quaisquer movimentos grevistas: "constitui uma lesão insanável ao direito de greve, e com o qual não podemos concordar, sob pena de traímos o compromisso de defender os interesses das categorias que representamos", afirmaram eles no documento-resposta ao Ministro Prieto.

Junto com o pacote das Reformas Políticas, o decreto lei 1632 estava no centro dos debates no Congresso Nacional esta semana. Mesmo sendo partido majoritário, a Arena esvaziou de propósito uma reunião de uma comissão mista de parlamentares que deveria definir posição sobre o assunto, na quarta-feira. O motivo apurado para a manobra foi o medo de se desgastar perante a opinião pública.

Esta matéria mostra os superpoderes que um ministro do Trabalho está agora investido com essa inovação anti-greve e faz uma retrospectiva histórica da proibição de paralisações no trabalho em "atividades essenciais".

A proibição de greve em "atividades essenciais" não é coisa recente, nem é invenção brasileira.

Tem-se notícia, por exemplo, de que já em 1875, na Inglaterra o "The Conspiracy and Protection of Property Act" já estipulava penalidades aos funcionários municipais, aos empregados de companhias públicas ou de empreiteiras e a qualquer pessoa que "tendo assumido o compromisso de fornecer água ou luz, suspende voluntária e dolosamente o serviço, sozinho ou de combinação com outros, sabendo ou tendo motivos para saber que a consequência de seu ato será a privação, total ou parcial do fornecimento".

Também a legislação de vários outros países, na época ou posteriormente, consagrava restrições semelhantes. O exame dessas leis deixa bem claro um aspecto: tendem a ser incluídas ou excluídas certas atividades na dependência do estágio de desenvolvimento do capitalismo desses países. Ou seja, uma atividade é essencial ou não quando dela dependem os setores prioritários no processo de acumulação capitalista. A única exceção que se conhece é a Bélgica onde um movimento operário bastante combativo conseguiu impedir que se estabelecessem quaisquer restrições, até 1961.

No Brasil, a história desse tipo de limitação não se desvincula da própria história da regulamentação do direito de greve em geral. Durante a República Velha (1889-1930) a restrição era a do Código Penal que punia o grevista que utilizasse ameaças e violência durante o movimento. Contudo, sabe-se, na prática a greve era sempre tratada como uma "questão de polícia". Em 1932, com o decreto-lei 21.396, o que era prática corrente passou também a integrar a própria lei. Punia-se qualquer grevista com a dispensa do emprego e com a proibição de que o mesmo exercesse cargo em entidade repre-

sentativa da classe por dois a cinco anos. Se o grevista fosse estrangeiro estaria ainda sujeito à expulsão do território nacional.

Referência explícita a "atividades essenciais" fez a lei nº 38, de 4 de abril de 1935 - a então famosa Lei de Segurança Nacional - que em seu artigo 18 punia com pena de um a três anos de prisão quem instigasse ou preparasse a paralisação de "serviços públicos ou de abastecimento da população". Na ditadura de Getúlio Vargas, como não podia deixar de ser, toda e qualquer greve foi considerada "recurso anti-social" e, como tal, proibida pela Constituição.

A chamada redemocratização em 1945 pouco alterou, do ponto de vista da legislação, as restrições sobre o direito de greve. O decreto-lei 9070, anterior à Constituição de 1946, tratou de "regulamentar" em minúcias a greve nas atividades essenciais: serviços de água, energia, comunicações, transportes, hospitais etc. No mesmo sentido, a primeira lei a anti-greve do regime pós-64 manteve a regulamentação naqueles setores "essenciais" e estendeu-a também a outros setores. Interessante é que ao enumerar as tais "atividades essenciais", a lei 4330, de 1º de junho de 1964, deixou de fora algumas que constavam do decreto-lei 9070 como bancas, escolas e colégios (compare-se o art. 3º do decreto-lei 9070 com o art. 12 da lei 4330).

O esquecimento foi agora plenamente compensado pelo decreto-lei 1632, a segunda lei anti-greve pós-64, que não só voltou a incluir essas atividades como fez recair sobre todas elas o peso de restrições até hoje inéditas.

Um poderio memorável

No dia 3 de setembro de 1978 o Ministro Arnaldo Prieto, em obediência à lei, tornou-se um dos homens mais poderosos deste país. Tamanho poder não nasceu de nenhuma façanha memorável. Ao contrário, bastou que o Sr. Ministro assinasse um despacho declarando legal a greve dos bancários paulistas, "no uso e gozo das atribuições que lhe confere o artigo 4º, do decreto-lei (DL) 1632, de 4/8/78".

Quem buscasse algo inédito para justificar o poderio de que foi investido o Ministro, sairia decepcionado. Só uma pequena circunstância talvez traisse a simplicidade de tudo. Era domingo. E os homens do Estado, a não ser excepcionalmente, não costumam trabalhar aos domingos. E que estavam em jogo, naquele domingo, de um lado os superlucros da vasta rede bancária brasileira e, de outro, a "ousadia" de 4.500 bancários que insistiam em paralisar esse monstro, na capital industrial do Brasil, apenas porque não recebem salários razoáveis.

Mas o poder do Ministro do Trabalho não advém do fato de que ele, sozinho, e sem que de sua decisão caiba qualquer recurso, pode conter a audácia de todos os trabalhadores de todos os bancos do país. Igualmente, dele depende a sorte de todos os trabalhadores dos serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias - em outras palavras, das atividades chamadas "essenciais" até agora definidas pelo Presidente da Repúbli-

ca. Até agora, pois como estabelece o art. 1º do decreto-lei, outras atividades podem vir a ser assim também definidas, além das indústrias que o Presidente especificará por decreto. São ao todo, portanto, segundo os dados antigos do Censo de 70, mais de dez milhões de trabalhadores cuja paralisação, parcial ou total, pode ser considerada ilegal pelo Ministro do Trabalho, através de mero despacho.

"Não dá cadeia"

Do ponto de vista jurídico, o decreto-lei 1632 é muito inovador. Comparado ao decreto-lei 9070 ou à Lei 4330 ele já se apresenta de pleno acordo com o dispositivo constitucional que proíbe greve nas atividades essenciais, definidas em lei. Nas leis anteriores erigiavam-se inúmeras dificuldades, aumentava-se prazos, mas não se chegava a proibir. Ele também inova ao atribuir a um membro do executivo a palavra final, que em todas as outras leis sempre dependia do Judiciário, isto é, da Justiça do Trabalho através de seus Tribunais. Uma consequência desse antigo procedimento jurídico, agora em desuso, é que estavam previstos desde o início do processo os recursos a que se tinha direito.

Além desse aspecto, e apesar de todo o entusiasmo do Ministro Mario Simonsen, da Fazenda que, entrevistado, insistia em que o DL 1632 era bom para o trabalhador porque "são proibições bastante brandas, não mandam ninguém para a cadeia", não é isso o que dispõe o art. 3º do decreto-lei 1632, explícito a esse respeito: "Sem prejuízo das sanções penais cabíveis..." E a gente sabe quais são as sanções penais cabíveis: nada mais nada menos que a Lei de Segurança Nacional. Ou Mário Henrique Simonsen não tinha lido o decreto, ou leu e não entendeu, ou silenciou sobre esse "detalhe" para melhor vender seu peixe. De toda forma, sua assinatura foi aposta no texto original...

Aliás, a importância do decreto pode também ser acentuada por uma circunstância aparentemente pouco significativa. Via de regra, um texto de lei ordinária vem assinado pelo Presidente da República, pelo Ministro da Justiça e pelo titular da pasta ministerial diretamente interessado na matéria. E o caso, por exemplo, da primeira lei anti-greve pós-64, a Lei 4330, cujo texto foi

assinado por Castelo Branco, Arnaldo Sussekind e Milton Campos. Quando, no entanto, grandes decisões políticas são transformadas em lei, ou a conjuntura não é muito favorável, tais textos merecem a mesma atenção recebida por esse curtíssimo e incisivo decreto 1632: assinaram-no o Presidente da República, todos os seus ministros, os Chefes da Casa Civil e Militar, o Chefe do SNI e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O sentido parece óbvio: respaldar a Presidência numa grave decisão.

Processo sumário

Não se esgotam aí, porém, as peculiaridades do DL 1632. Ele instituiu o processo sumário (significa o que o nome indica) para a apuração da falta de emprego estável - que poderá ser, então, demitido por ter participado da greve e, não satisfeito ainda, cria uma nova hipótese de intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos. Por seu art. 5º pode ser punido com advertência, suspensão, destituição ou perda de mandato, por ato do Ministro do Trabalho, o dirigente sindical ou de conselho de fiscalização profissional que direta ou indiretamente (quem precisará o conteúdo dessas duas generalizações?) apoiar ou incentivar grevista em serviço público ou atividade essencial.

Pela Emenda Constitucional nº 1 (a Constituição em vigor) o Congresso Nacional tem 60 dias para aprovar ou rejeitar qualquer decreto-lei. Como o prazo para essa manifestação do Legislativo coincide com o prazo para aprovação do Projeto de Reformas, ou Pacote Portela, os trabalhadores que nada ganham com as reformas propostas, poderão vir a perder em tudo que contém o decreto-lei 1632, se o Congresso não o rejeitar.

É o conjunto desses superpoderes e o significado de controle sobre os trabalhadores que tem esse decreto que justificam a recente advertência do Ministro Prieto, transmitida em cadeia nacional, no horário nobre do domingo, dia 10 de setembro, nas emissoras de rádio e TV, aos sindicalistas que, segundo ele, "devem evitar o descompasso que poderá ocorrer entre o crescimento e a afirmação do sindicalismo e o aperfeiçoamento democrático".

(Sucursal de Minas)



INFLUÊNCIA O IMPELIALISTA NO SINDICALISMO

Reportagem de Marcelo Beraba e Ricardo Lessa.

A partir de 1969, quando o Governo brasileiro proibiu a atuação, em território nacional, de organizações sindicais internacionais e a filiação dos sindicatos e das organizações sindicais, apenas uma delas continuou atuando livremente no país: o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, que em inglês assume a sigla de AFLD. Financiado pelo governo dos Estados Unidos, pela central sindical de trabalhadores americanos (a AFL-CIO), também controlada pelo estado americano) e pelas multinacionais, esse instituto vem crescendo ininterruptamente e se esconde atrás do Instituto Cultural do Trabalho, que funciona em São Paulo desde 1963.

Nestes 15 anos de atuação entre nós, o AFLD já formou 50 mil sindicalistas brasileiros segundo o modelo sindical americano e distribuiu, entre nossos sindicatos e diretores sindicais, um total de pelo menos 7 milhões de dólares. E o que quer o AFLD do nosso sindicalismo? Sob a capa de reivindicações justas, como o fortalecimento dos sindicatos e negociações coletivas, se esconde um modelo sindical que tem como princípios básicos a cooperação dos trabalhadores com os patrões e o governo, e toda a ênfase nas lutas econômicas, em detrimento das lutas políticas mais gerais.

Na verdade, por trás de seus cursos se esconde a tentativa de amoldar o sindicalismo de forma diferente de como é hoje amoldado. Os relatórios e documentos que EM TEMPO conseguiu demonstraram claramente as intenções do Instituto de intervir no movimento sindical brasileiro.

Um Modelo ideal ?

A discussão sobre o trabalho do AFLD no Brasil e sobre o sindicalismo americano é fundamental para o momento político do país.

Por um lado, diversos líderes sindicais mais combativos, como o Lula, Luiz Inácio da Silva de São Bernardo, começaram a ser estranhamente acusados, por elementos ligados ao governo, de agentes da CIA. Por outro, está na ordem do dia a discussão sobre autonomia sindical e a construção de um novo sindicalismo no Brasil.

Nem todos os líderes sindicais têm ainda claro na cabeça como será este novo sindicato. Neste sentido, é importante ficar atento para as propostas que começam a surgir e que apontam o modelo americano como o ideal. E estas propostas surgirão, cada vez com maior frequência, disfarçadas ou não, uma vez que as sementes que os Estados Unidos vêm plantando no movimento sindical no Brasil, via cursos educacionais, projetos sociais, nestes últimos 15 anos, começam a florescer. Afinal, quase 50

mil sindicalistas passaram pelas salas de aula do AFLD.

Por outro lado, é evidente que a CIA continua atuando entre nós. Quando levantamos que mais de 7 milhões de dólares foram investidos nos programas do AFLD, não tínhamos como computar o dinheiro que deve correr por fora, corrompendo líderes sindicais, e só contamos o que encontramos nos arquivos do Instituto. Mas os canais privilegiados de atuação da CIA, neste momento, são institutos como o AFLD.

Vale destacar que a CIA está diretamente ligada ao Departamento de Estado americano, a quem está subordinado, via IUSAID, (Agência para o Desenvolvimento Internacional) o AFLD.

Neste momento, algumas propostas do Instituto Cultural do Trabalho podem se confundir na aparência com bandeiras patenteadas pelo sindicalismo mais combativo, como por exemplo, a autonomia sindical, o direito de greve, as negociações diretas, assumidas pelas Operações Sindicais e por dirigentes como Lula ou João Paulo de Monlevade. O IGT traduz assim a consciência criada através de décadas, internacionalmente, de que a exploração capitalista pode funcionar bem mesmo as selvagensias típicas do regime brasileiro. Entretanto, o combate à estrutura sindical de inspiração racista resumida na CLT e o avanço do movimento operário independente, certamente vão delimitar de maneira

As fontes

Em Tempo consultou, para esta denúncia diversos relatórios e documentos americanos, alguns de uso restrito aos organismos governamentais dos Estados Unidos:

- 1 - "An Appraisal of Program Effectiveness and Management of the American Institute for Free Labor Development", uma avaliação minuciosa, de cerca de 200 páginas, da eficiência do Programa do AFLD (IADESIL) no Brasil, datado de julho de 1970. Para esta avaliação foram consultados 82 pessoas, inclusive o então Embaixador americano, C. Burke Elbrick, e o então Ministro do Trabalho, Julio Barata. O trabalho foi feito pela ATAC, uma firma de auditoria que trabalha para o governo americano, a pedido do Departamento de Estado;
- 2 - "Country Labor Plan: 1972-1976" - um relatório de análise de conjuntura, objetivos a curto e longo prazos e orçamentos para o período;
- 3 - "Country Labor Plan: 1977-1981 - Brazil" - análise de conjuntura, objetivos a curto e longo prazos, orçamento para 1977/1978 e previsão orçamentária até 1981;
- 4 - "Regional Labor Plans for Washington Headquarters and

Union-to-Union Program: 1977-1981. Book I". - Com todo o planejamento dos programas educacionais e sociais para a América Latina, incluindo avaliações do trabalho, orçamentos e pessoal administrativo. Ênfase para a atuação do AFLD no Peru (para o qual prevê verbas, inclusive para máquinas das paredes de Lima, este ano);

5 - trechos de um "Inspection Report" (relatório de inspeção) sobre as atividades do AFLD, datado de dezembro de 1974 e feito pelo Office of Inspector General of Foreign Assistance do Departamento de Estado Americano;

6 - um aerograma do Departamento de Estado Americano, de novembro de 1975, sobre o calendário de atividades do AFLD, assinado por Kissinger.

Além destes documentos, foram consultados artigos de jornais e revistas estrangeiros e a estrutura legal necessária a um "Latin Free Press" de janeiro de 77 e a "Michigan Economic Report, de fevereiro deste ano), e livros sobre as ligações da CIA com o AFLD e sua intervenção no sindicalismo internacional.

A rede da intervenção

O fio da meada começa no próprio Departamento de Estado, através do qual atua a CIA, a poderosa Agência Central de Informações, que desestabiliza governos, impõe ditaduras e bota pra quebrar no mundo todo. Uma agência de ajuda internacional, USAID, ligada a este departamento criou o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Livre Sindicalismo, ou IADESIL, que nos Estados Unidos é financiado pelo próprio governo, pela central sindical AFL-CIO, e por multinacionais.

corrupção mais deslavada. A partir da fundação do Instituto Cultural do Trabalho, em São Paulo, um ano antes do golpe e, principalmente, a partir de 1965, com a consolidação do regime militar, esta intervenção passa a se dar de forma mais sutil e qualitativamente superior. Já não interessa apenas corromper as lideranças sindicais - embora existam indícios evidentes de que esta corrupção ainda exista e se dá de maneiras as mais diversas. A partir de 63 o objetivo foi a criação de um movimento sindical brasileiro já não e apenas o de uma intervenção momentânea, circunstancial, mas a implantação de uma nova mentalidade através da educação de líderes sindicais que passam a ser formados segundo o modelo sindical americano.

Complexo para dominação

Essa tática rapidamente se mostrou a mais correta: os ganhos se evidenciaram logo nos primeiros anos de trabalho, os gastos nos projetos de construção de um complexo comparados com os rios de dinheiro que correram às vésperas do golpe de 64, e a influência americana se tornou cada vez mais sólida e menos evidente. Para isso foi necessária a criação de um complexo plano educacional e de financia-

mento de projetos tipo construção de sedes e colônias de férias, gabinetes dentários e farmácias, restaurantes e outros serviços assistência social.

Em 1965, este complexo estava totalmente montado. E para atendê-lo melhor, começamos pela criação de um escritório nos Estados Unidos, o Departamento de Estado, através do qual atua a CIA. A USAID (agência americana de ajuda internacional, na verdade um dos instrumentos mais eficazes da intervenção americana no mundo através de financiamento e doações aos países do Terceiro Mundo), ligada diretamente ao Departamento de Estado, criou, na época, o AFLD - em português, Instituto Americano para o Desenvolvimento do Livre Sindicalismo ou IADESIL, como atua no Brasil.

Este Instituto, nos Estados Unidos, é financiado por três fontes distintas: o Governo dos Estados Unidos, via USAID e Departamento de Estado, que entra com 80 por cento das verbas; a AFL-CIO, central sindical dos trabalhadores americanos, que entra com 10 por cento; e as multinacionais (73 empresas com interesses na América Latina), o AFLD tem sido financiado por Kissinger, libera fundo, invariavelmente, por presidentes

de grandes companhias que se-

uem nítidas as diferenças no entendimento destas bandeiras.

Colaboração de classes

Neste sentido, é importante se perceber como os Estados Unidos tentam intervir hoje no nosso movimento sindical e que novo sindicalismo é esse que eles querem. Perceber, enfim, a quem interessa o modelo sindical americano que querem não fazer enguir.

Não é à toa que vários documentos definam o Programa do AFLD no Brasil dentro de uma "política de segurança", que impeça que o movimento sindical venha a criar "problemas".

O lema do Programa é uma frase célebre de Mister Samuel Gompers, fundador da AFL-CIO (que dirige o AFLD): "só existe paz e justiça social quando existe harmonia entre capital e trabalho". Por "colaboração de classes", os americanos entendem a colaboração que os operários prestam a não perturbar os negócios e os lucros dos patrões e têm um sinônimo "sindicalismo responsável", "harmonia entre capital e trabalho", o entendimento o silêncio harmonioso dos operários quando os empregadores exploram sua força de trabalho.

Eles não entendem, por exemplo, que os patrões poderiam "colaborar" abrindo mão de seus lucros ou poderiam ser mais "harmoniosos" permitindo os operários quando entram em greve.

AMERICAN INSTITUTE FOR FREE LABOR DEVELOPMENT

COUNTRY LABOR PLAN 1972-1976 BRAZIL

As capas dos extensos documentos que compõem a intervenção.



As capas dos extensos documentos que compõem a intervenção.

Denúncia: a CIA está agindo no sindicalismo brasileiro para evitar o crescimento de lideranças operárias mais autênticas e combativas. O estado norte-americano adota também uma maneira mais sofisticada de dominação: educar e treinar líderes para atuar conforme seus interesses e os das multinacionais.

A máquina de domesticar sindicalistas conta com a convicção de muitos pelegos e chama-se IADESIL, com sedes no Rio e dois escritórios em Recife e São Paulo. Em 15 anos de trabalho, os Estados Unidos investiram mais de Cr\$ 140 milhões nesse ramo no Brasil, e formaram cerca de 50 mil líderes sindicais em cursos aqui e em toda a América.

Em 1963, o Instituto Cultural do Trabalho tinha mandado 30 líderes sindicais para cursos em Estados Unidos. Na volta, a maior parte desses líderes se interessou por trabalhos brasileiros para cursos em Estados Unidos. Na volta, a maior parte desses líderes se interessou por trabalhos brasileiros para cursos em Estados Unidos. Na volta, a maior parte desses líderes se interessou por trabalhos brasileiros para cursos em Estados Unidos.

AMERICAN INSTITUTE FOR FREE LABOR DEVELOPMENT

COUNTRY LABOR PLAN 1972-1976 BRAZIL

As capas dos extensos documentos que compõem a intervenção.

Além destes documentos, foram consultados artigos de jornais e revistas estrangeiros e a estrutura legal necessária a um "Latin Free Press" de janeiro de 77 e a "Michigan Economic Report, de fevereiro deste ano), e livros sobre as ligações da CIA com o AFLD e sua intervenção no sindicalismo internacional.

Este Instituto, nos Estados Unidos, é financiado por três fontes distintas: o Governo dos Estados Unidos, via USAID e Departamento de Estado, que entra com 80 por cento das verbas; a AFL-CIO, central sindical dos trabalhadores americanos, que entra com 10 por cento; e as multinacionais (73 empresas com interesses na América Latina), o AFLD tem sido financiado por Kissinger, libera fundo, invariavelmente, por presidentes

de grandes companhias que se-

Conhecer para dominar

Os objetivos dos Estados Unidos aplicáveis ao programa do AFLD. A declaração destes objetivos (o desenvolvimento de sindicatos e instituições livres, independentes e democráticas) coloca a questão do seu realismo em relação ao atual regime político brasileiro. Não existem, no momento, no Brasil, as condições políticas e a estrutura legal necessárias para o estabelecimento de sindicatos livres e democráticos. Apesar de os sindicatos elegerem suas próprias direções, os diretores precisam ser aprovados pelo governo e os próprios sindicatos estão sujeitos a intervenções governamentais toda vez que se aventurarem fora do permitido.

Esta eventual definição geral faz parte de um extenso relatório feito por uma firma de auditoria americana - a American Technical Assistance Corporation - para o Departamento de Estado sobre a eficácia do programa do AFLD no Brasil até 1970. Este documento é fundamental para a compreensão da política de intervenção dos Estados Unidos no nosso sindicalismo que resume todos os programas do AFLD em São Paulo, no Recife e em Washington. Entre as pessoas ouvidas sobre a eficácia dos programas estão C. Burke Elbrick do sequestro, e o então Ministro do Trabalho do Governo Médici (o "milagre econômico").

O relatório está dividido em cinco grandes capítulos onde são explicitados os objetivos do Programa do AFLD no Brasil, a validade destes objetivos, e onde são avaliados, detalhadamente, cada projeto americano no Brasil sua eficácia e recomendações no sentido de melhorá-los. O documento, com cerca de 200 páginas, não se furta, inclusive, a uma análise de conjuntura do país no período, faz previsões sobre nosso futuro político.

Neste sentido, examinamos com cuidado os objetivos que o Programa tem procurado, explicita ou implicitamente, alcançar. Estes objetivos, como nós o percebemos, são:

- a - preparar o movimento sindical brasileiro para o dia em que as atividades sindicais livres e democráticas forem permitidas;
- b - desenvolver, nos sindicatos, a capacidade deles influírem na política gradual de política partidária, da imprensa e das restrições trabalhistas. Se tal projeto se desenvolver, os Estados Unidos poderão contar com a estabilidade do país e para o sucesso deste esforço que exista um movimento sindical responsável, independente e democrático;
- c - ajudar aos grupos de trabalhadores pouco organizados, particularmente os trabalhadores rurais, a se organizarem; e
- d - treinar um quadro de lideranças democráticas que atue contra a eventualidade de uma revolução e que não deixe um vazio de liderança que possa ser preenchido por líderes comunistas."

Fortalecer o assistencialismo

Estes objetivos são amplamente justificados no relatório e através destas justificativas fica claro que a síntese do Programa é o fortalecimento de um sindicalismo assistencialista, nos moldes do americano, e responsável - no sentido - de que não cria problemas. Tudo isso, é claro, com o intuito de não permitir que surjam lideranças realmente defensoras não apenas dos interesses econômicos mas imediatos dos trabalhadores como seus interesses políticos históricos. E quando tais condições objetivas, os Estados Unidos já estavam levando em conta a possibilidade de mudanças tanto na política do governo como no grau de intervenção dos trabalhadores.

O Governo brasileiro tem declarado repetidamente voltamos a uma extrema esquerda ao ponto de ameaçar a continuidade do Programa da AFLD. Diante de tais circunstâncias, pode ser argumentado que todo o esforço da AFLD tenha sido desperdi-

Muitos deles ajudaram a derrubar o governo Goulart. Entre os objetivos do programa, destaca-se o de "treinar um quadro de lideranças democráticas que atue contra a eventualidade de uma revolução e que não deixe um vazio de liderança que possa ser preenchido por líderes comunistas", repetindo o surrado chavão autoritário muito em moda nos últimos 14 anos no país.

Nossos repórteres, da sucursal do Rio, revelam os documentos e a intrincada rede de intervenção do imperialismo norte-americano no movimento sindical brasileiro. É a primeira de uma série de duas reportagens. Semana que vem tem mais.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, João Paulo Pires de Vasconcelos, um dos mais combativos dirigentes sindicais do momento, esteve em Front Royal, nos Estados Unidos e fez um curso patrocinado pelo IADESIL. Agora, ele denuncia: "Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente policial de nome Valdemar Castilho, secretário, dedo duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava", conta ele. Assim, o curso cumpre outro objetivo: "toda mais nada menos do que a identificação de cada participante; é feito um perfil político e ideológico, a ficha, de cada participante, e isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro". Este depoimento foi colhido em João Monlevade, pouco depois da greve na Belgo Mineira, pelo repórter João Batista dos Mares Guia. Ela a fala de João Paulo.

Há muito tempo que os governos no Brasil vêm abrindo caminho para as atividades das empresas multinacionais. Para essas empresas atingir o seu objetivo aqui no Brasil elas necessitam conhecer profundamente o movimento sindical da classe operária daqui. E as multinacionais interferem não só nas entidades de classe dos empresários como também interferem nas entidades de classe dos trabalhadores.

O instrumento do qual as multinacionais se valem para se infiltrarem no movimento sindical é a AFL-CIO, a central sindical norte-americana, criada

João Paulo garante que a CIA quer anular líderes autênticos



Em 1955, no período da "Gerra Fria" e desde então presidida por George Meany, que no ano passado foi "premiado" com uma renda anual de 120 mil dólares.

A AFL-CIO trabalha em conjunto com a CIA, e esse trabalho da AFL-CIO é feito através da IADESIL, Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre. O IADESIL existe no Brasil desde 1963, com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo. Este escritório paulista tem o nome de Instituto Cultural do Trabalho (ICT), cujo diretor é Helio Manguezi, ligado à área de te-

lecomunicações. Helio Manguezi já percorreu o mundo inteiro em companhia de William Doherty, que aparece citado no livro do ex-agente da CIA, Philip Agee, como agente da CIA para Assuntos Trabalhistas.

William C. Doherty é o coordenador do IADESIL. O que é, e o que faz o IADESIL? Em cada país onde o IADESIL tem base de operação, ele organiza cursos para dirigentes sindicais, inteiramente financiados pelo Instituto. Os cursos são realizados em cada país onde opera o IADESIL e nos Estados Unidos, na localidade de Front Royal, do outro lado do IADESIL, leva aos Estados Unidos 40 sindicalistas brasileiros e realiza no Brasil diversos cursos sobre História do Sindicalismo, Legislação Conjunta e Técnica de Liderança.

Esses cursos são financiados assim: 80 por cento pelo governo dos Estados Unidos;

15 por cento pelas associações patronais (às multinacionais)

5 por cento pelos sindicatos dos trabalhadores.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha - de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior deles; ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participo e verifiquei que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helio Manguezi aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participo do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lotter, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volls, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Assim, os próprios confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Participo e verifiquei que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helio Manguezi aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participo do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lotter, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volls, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Assim, os próprios confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Participo e verifiquei que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helio Manguezi aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Controlar pela educação

O aspecto principal do programa do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Livre Sindicalismo - o AFLD - é o treinamento de lideranças sindicais. Pode-se dizer que este programa é a menina dos olhos da política americana de intervenção no nosso movimento sindical - e as razões são evidentes. Já não interessam os Estados Unidos apenas intervir, eventualmente, com dólares ou agentes, no nosso movimento sindical. A formação de uma liderança treinada em ideologia do sindicalismo americano, amoldada aos interesses americanos, é a melhor garantia contra movimentos e lideranças autenticamente operárias.

Nestes últimos 15 anos os programas educacionais do AFLD formaram cerca de 50 mil sindicalistas brasileiros em cursos avançados nos Estados Unidos e em São Paulo, em cursos especiais e em cursos regionais, principalmente no Nordeste. Só nos Estados Unidos, em Front Royal Institute, foram formados cerca de 350 líderes sindicais.

No Brasil, os cursos do AFLD são organizados e dirigidos pelo Instituto Cultural do Trabalho, em São Paulo.

Os esforços dos Estados Unidos têm sido no sentido de fazer crer que o Instituto Cultural do Trabalho, ponta de lança de sua política de dominação ideológica na área sindical - é brasileiro. E estão quase conseguindo: aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto como coisa nossa - inclusive sustentado-o financiamento.

Os Estados Unidos inclusive, diminuíram as verbas que mandavam uma vez que já não são tão necessárias: se em 1972 o Programa do AFLD aplicava cerca de 700 mil dólares no Brasil hoje bastam apenas 344 mil. Ou seja: o desenvolvimento do Brasil na direção de uma sociedade mais livre e mais estável, não acreditamos que o Programa do AFLD representa uma opção de considerável valor.

Instituição livres não podem ser construídas sem suporte ideológico e é nesse campo, principalmente que o AFLD busca obter melhores resultados.

Considerando o tamanho e a importância do relatório e o custo anual do programa mais ou menos 600 mil dólares ou perto de cinco por cento do total do programa de assistência técnica governamental americana, é difícil imaginar que o movimento brasileiro sindical, o modelo sindicalista americano que querem implantar entre nós. Tanto é assim que, no mesmo tempo em que eles tentam passar para as Confederações e Federações todos os encargos financeiros do ICT, ainda mantêm o controle de direção dos cursos e do próprio Instituto. Do Conselho Diretor do ICT fazem parte representantes das oito Confederações e vários representantes de entidades americanas, inclusive George Meany, presidente da central de trabalhadores americanos AFL-CIO, e William C. Doherty, diretor geral do AFLD.

A preocupação dos Estados Unidos em manter este controle fica evidente num relatório de inspeção (Inspection Report) feito pelo secretário do Inspector General de Assistência Estrangeira (Inspector General of Foreign Assistance) do Departamento de Estado e datado de dezembro de 1974. Nesse relatório, o Inspetor Geral dá sua pa-

recer favorável à mudança da sede do ICT em São Paulo (e um dos benefícios da mudança seria reduzir a identificação do ICT com o Governo Americano), concorda que o melhor seria se esta mudança se fizesse com dinheiro brasileiro mas teme que se isso ocorreres poderia haver problemas porque o Governo brasileiro poderia insistir em controlar o currículo do ICT, o que seria indesejável.

Um documento datado de 1972 (Country Labor Planfor Brazil: 72-76) mostrava que 64 por cento dos formados nos cursos de Front Royal Institute eram líderes sindicais, funcionários do governo brasileiro e associados de cooperativas; nove por cento eram presidentes de confederações e federações sindicais.

Diversos documentos citam dois nomes de brasileiros formados em Front Royal e que são dados como exemplos de influência que podem exercer sobre o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.

Além dos dois, um relatório de 1970 arrola os nomes de alguns outros líderes sindicais que foram ouvidos para uma avaliação da eficiência do Programa americano no Brasil. Ari Camilista, hoje presidente da CNTI e que na época era seu diretor de assuntos internacionais; João Wagner, ainda hoje diretor do Sindicato dos Químicos do Brasil; e o movimento sindical brasileiro: José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que além de Front Royal fez cursos no ICT, e Romulo Marinho, que dirigiu o Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho durante o Governo Médici.</

A rotina terrorista em BH: mais 3 bombas.

A potência explosiva dos atentados aumentou. E agora está visando diretamente as pessoas ligadas ao movimento oposicionista. O risco de ferimentos graves e até mesmo de morte é evidente.

A explosão de bombas terroristas da extrema direita começa a virar rotina em Belo Horizonte. Esta semana, em pouco mais de 24 horas, outras três foram lançadas contra os movimentos oposicionistas, sem que as autoridades esboçassem qualquer medida para apurar as responsabilidades.

O MAC e o GAC, Movimento Anti Comunista e o Grupo Anti Comunista, participaram para atentados cujos riscos de causar ferimento grave e até mesmo morte são evidentes. O ataque dirige-se agora diretamente contra pessoas e não apenas prédios ou instalações utilizadas pelos setores de oposição.



O primeiro atentado da nova série foi praticado na noite do dia 12, terça-feira, quando realizava-se um encontro para debater Direitos Humanos e exigir a libertação do estudante pernambucano Cajá, no auditorio do colégio Sto Agostinho. Participava entre outros, o professor Edgar da Matta Machado, ex-deputado federal cassado e pensador católico. O petardo estourou no sanitário masculino, quebrou vidros das janelas e arremessou a porta do banheiro a mais de cinco metros.

A explosão, danificou inteiramente os vidros de uma das fachadas da igreja. Colocada no Centro Social da paróquia, a bomba apresentou potência tal que seguramente mataria alguma pessoa que estivesse próxima ao local.

Não é a primeira vez que a direita terrorista ataca a igreja de São Francisco das Chagas. No dia 28 de março desse ano, o Dia Nacional de Luta, em homenagem ao estudante Edson Luis, assassinado pela

polícia, no Rio, em 28 de março de 68, o GAC e o Mac lançaram também um petardo e chegaram a fazer panfletagem.

Advogado atacado

O terceiro atentado foi praticado contra o advogado mineiro Geraldo Magela. A 1 h da madrugada do dia 13, os terroristas colocaram bomba de grande potência sob o motor da Brasília AW 8244, pertencente ao advogado, e estacionada em frente ao prédio da rua Amaro Lanari 139, onde reside.

A explosão danificou o carro e quebrou todos os vidros das janelas do prédio onde reside Geraldo Magela. Uma criança foi atingida por um estilhaço de vidro e sofreu pequeno corte numa perna. Todos os vizinhos saíram imediatamente para a rua assim que sentiram o estouro.

Alguns comentavam que a sensação era de que o prédio estava desabando. O comentário acerca do ocorrido era um só: "isso é coisa do GAC".

De fato, tornaram-se coisa conhecida na cidade as ações do GAC e do MAC, devido à frequência dos atentados a população, noticiados através da imprensa, a dos Atos Públicos de repúdio ao terror.

A solidariedade dos vizinhos ao advogado Geraldo Magela se deu, inclusive, no plano da concordância com as atividades por ele desempenhadas na cidade, por ser ele o advogado que assume as causas de defesa de presos políticos, e entidades estudantis e por estar participando ativamente na luta pelas liberdades democráticas.

Uma mulher que reside no mesmo prédio comentava que "a TFP está por trás disso". Certo ou errado, o fato é que dessa vez a sigla da TFP aparecia em companhia do GAC e do MAC, que reivindicaram a autoria do atentado à igreja de São Francisco das Chagas. É sabido que os militantes da TFP assumem a ideologia da extrema direita e que a organização TFP inclui o adestramento militar dos membros da seta como condição para dela participarem. No entanto, a sigla TFP pode ter sido colocada no boletim deixado na igreja de São Francisco como manobra diversionista do GAC, grupo que será objetivo da investigação a ser aberta brevemente através da Promotoria Pública, que para tal já nomeou um Procurador Especial para investigar o terrorismo do GAC e do MAC em Minas Gerais.

A TFP, entretanto, soltou nota desmentindo a hipótese de ligação da entidade com o atentado. "O desmentido se torna indispensável a fim de atalhar as explorações que forçosamente as esquerdas, sistemáticas detratadoras da TFP, tentarão fazer do episódio", explicou a TFP. Mas não precisava, as "esquerdas" só queriam entender...

Polícia no comício

O regime acaba de dar mostras de como pretende controlar a campanha eleitoral para renovação do legislativo, especialmente as mobilizações de massa, como os comícios: com as tropas na rua. Foi assim em Salvador, na abertura da campanha do MDB.

Decididamente, a oposição terá, no decurso de sua campanha eleitoral, de ter a consciência de que o Governo não hesitará, em nenhum momento, em usar dois pesos e duas medidas. A abertura da campanha oposicionista em Salvador foi uma das provas mais vivas desse comportamento, a indicar quais as dificuldades que o MDB enfrentará até 15 de novembro para fazer a sua propaganda.

Preocupado com a repercussão positiva que um comício do MDB poderia ter se fosse realizado no Campo Grande, um dos pontos mais centrais da cidade, o pedido do partido da oposição para abrir a sua campanha naquele largo, onde, aliás se localiza a sua sede, foi negado. Mas, claro, o argumento foi outro: ali estavam-se realizando comemorações alusivas à Semana da Pátria e por isso não era possível. E o comício foi jogado para um bairro distante do Centro, a Lapinha.

Antes da realização do comício, no dia 9 de setembro, o coronel Filadelfo Damasceno, já famoso por suas estrepitosas represalias em cima dos estudantes e mesmo em cima do próprio MDB, foi para a televisão "avisar" que a manifestação teria toda a segurança por parte da Polícia Militar, já que era um ato "plenamente legalizado". Mas - e o "mas" é sempre importante - que não se tentasse sair em passeata porque isso "era proibido".

Com efeito, o zelo da Polícia Militar até excede às expectativas. Ninguém acreditava que em torno do comício não houvesse a "segurança" da PM, mas talvez não se imaginasse que o aparato fosse, novamente, tão intimidador. Além dos caminhões lotados de soldados nas proximidades, a presença do próprio coronel Damasceno nas cercanias, dos guardas de trânsito que impediam até a diminuição da marcha dos carros que passavam pelo Largo da Lapinha, onde foi realizada a manifestação, caminhões cheios de soldados se escondiam em outros pontos estratégicos, "prontos para qualquer eventualidade".

Esse aparato bélico foi definido pelo coronel Damasceno, contra quem se fala que até o governador Roberto Santos tem reservas, como "um policiamento de rotina reforçado", definição acompanhada de um breve sorriso de ironia. Certamente, o espetacular esquema do coronel conseguiu, de alguma maneira, diminuir a presença do público no comício da oposição, que contou com cerca de 800 pessoas, a maioria delas constituída de estudantes e profissionais liberais. A população do bairro esquívou-se de comparecer depois de ver a presença de tanta polícia.

De qualquer forma, o comício foi importante e pode marcar uma virada no comportamento do partido da oposição na Bahia. Se o MDB insistir na realização de manifestações desse tipo poderá ir rompendo com as limitações que o Governo faz questão de impor a cada momento.

O comício contou com a participação de várias delegações de entidades ligadas à anistia, que nos dois dias anteriores haviam realizado o Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia.

Paradoxalmente - mas representando um fato importante - a maioria dos oradores era constituída por candidatos populares, a indicar uma mudança na orientação do MDB baiano, até hoje controlado pelos adesistas e sob a batuta do sr. Ney Ferreira, truculento amigo do governo investido do mandato de deputado federal pelo MDB. As razões dessa atitude ainda não são claras, mas, certamente os novos ventos de abertura e sobretudo o avanço da luta dos setores populares têm feito com que os adesistas radicalizem em busca de apoio eleitoral sob a legenda do partido oposicionista.

A tônica do comício esteve na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, tendo falado vários representantes dos Movimentos Femininos pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia. O advogado Adelfo Oliveira, candidato a deputado estadual pelo MDB, após declarar que "estamos cercados num acinte à manifestação dos trabalhadores e do povo", afirmou que "é preciso que o governo adeste os seus cães e os seus cavalos para combater a corrupção que existe dentro dele mesmo". E que desejava ver o Presidente da República naquela praça para ver se ele poderia responder "à exigência do povo brasileiro que é a anistia".

Falaram ainda Celso Dourado, Filemon Matos, Domingos Leonelli, Carlos Abreu, todos candidatos à Assembleia Legislativa pelo MDB baiano. Tais pronunciamentos, como o do candidato ao Senado pelo MDB, Newton Macedo Campos, giraram em torno da condenção do caráter autoritário do regime instaurado em 1964 e da necessidade da mobilização e organização popular "como maneira de conquistar as liberdades democráticas no País". O economista Rômulo Almeida, também candidato ao Senado pelo MDB, não esteve presente, mas mandou uma mensagem, onde afirmava que "É a hora de o povo se organizar livremente, fortalecer-se em suas associações e sindicatos, pois a história tem demonstrado que as transformações só se concretizam quando geradas a partir das bases".

(Sucursal de Salvador)

As regras do jogo

"Corrida de obstáculos" é um jogo que conjuga raciocínio, organização e prática política. Pode ser jogado com dados (vide item 4). Dispensam-se fichas, principalmente as policiais. Não há restrições quanto ao número de participantes e cada jogador terá direito a quantos lances quiser, desde que faça de modo conjunto e consciente. Observação: não nos responsabilizamos pela alteração do produto. Uma confecção do Grupo Mineiro de Desenho, GMD.

2 - Apesar das informações de que o alfaiate da casa "Tesoura de Aço" é lento mas seguro, você nota que as reformas que ele quer fazer na sua rua são tão invisíveis que elas continuarão o mesmo tempo. Um conselho: mudar de alfaiate é pouco; mudar de alfaiataria...

4 - Agora você está brincando com os dados estatísticos. Perdão leitor, os dados estatísticos é que estão brincando com você. No final das contas você foi enganado em 24,1% a mais que no ano passado. Com expressão abatida, verifique se ainda resta um pouco de cinto no meio de tantos furos.

7 - Um certo ministro muito lacônico nas entrevistas inventou a fórmula do povo indireto e prefere as campanhas políticas nostálgicas. Enquanto isso, na TV, filas imensas de candidatos relembram em silêncio os velhos bons tempos e sorriem discretamente para você.

8 - Um pacote inusitado antecipa o futo do "Times", de Londres, e cria, um ano antes, o senador de proveta à brasileira. Decepcionado, você verifica que o que é bom para a Inglaterra nem sempre é bom para o Brasil...

10 - Documentos! Você caiu num quadrinho de segurança nacional. Fique dez jogadas incomunicável. Ao voltar, se voltar, cuidado para não ser atropelado por veículo não identificado.

12 - O editorial de um vetusto matutino carioca aconselha os pais a manterem os seus filhos em casa, para livrá-los de todo o comunismo, amém. Mude de jornal e repita comigo três vezes: PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!

13 - No dia seguinte, outro editorial do mesmo jornal saúda a ação saneadora da polícia. Ele bem que avisou que você teria terríveis dores de cabeça; só não disse que seriam causadas por instrumento contundente. Avance o mais rápido possível.

15 - Este é um quadrinho de exceção. Se você pensou em entrar em greve, lembre-se: existem 477 maneiras de se aplicar o AI-5 em 228 pessoas diferentes. Avance dois quadrinhos assoviando e olhando para os lados.

18 - Um conhecido general de pijama reaparece na cena política após estágio com o flautista de Hamelin. Os ratos, a princípio inebriados pela melodia, aos poucos retornam à alfaiataria "Tesoura de Aço". Tampe os ouvidos, arme as rações e siga em frente (cuidado com similares).

19 - Você dá de cara com um eminente líder da oposição, distribuindo legendas eleitorais para uma seleta freguesia. Passe 10 jogadas perguntando: "O que eles têm que eu não tenho?". Se conseguir responder, avance para o quadrinho seguinte.

21 - Quando para liberar aquele seu processo, antes de 1984, alguém sugerir que uns Cr\$ 15.000,00 ajudariam bastante, não estranhe nem tire conclusões precipitadas. Caso contrário um cavaleiro de linguajar franco e direto vai gritar a você: "Corrupto é a mãe". Avance como se nada houvesse acontecido e, despidadamente, entregue todo mundo a um jornal da imprensa independente.

22 - Você tirou o primeiro lugar no concurso nacional de teatro. Todo mundo reconheceu a profundidade do seu trabalho, inclusive a censura. Passe as próximas vinte jogadas procurando a sua peça nas gavetas do Serviço Nacional de Teatro.

24 - A censura está acabando. Pena que o seu show que denunciava tudo teve a verba cortada. Mas não se exalte se aquele cineasta conseguiu Cr\$ 1.000.000.000,64 para fazer um curta metragem sobre o maior estadista do século. Amigo é prá essas coisas.

26 - Parabéns! Você é candidato a deputado. No entanto, ao comparar o orçamento de sua campanha (Cr\$ 500.000,00) com seu saldo bancário (Cr\$ 630,00), você percebe um déficit de Cr\$ 499.370,00. Coce a cabeça e desconfie bastante de seu direito à participação política. Passe o chapéu à roda e avance.

27 - Qual não foi a sua surpresa ao notar a semelhança entre o bonequinho daquele show de ventríloquos e o Ary Campista! Conclua rapidamente este raciocínio e vire a mesa. Avance dois quadrinhos.

29 - Seu salário mensal dá exatamente para duas médias com pão e manteiga por dia. Passe as próximas quinhentas jogadas fazendo hora-extra ou avance três quadrinhos exigindo melhores condições de vida e trabalho.

31 - Cada vez que a Fundação Getúlio Vargas divulga o índice inflacionário do mês, você fica mais impressionado com as possibilidades da matemática. Não tente entender os cálculos. Aliás, esses cálculos não são da sua conta; a conta é do ministro. Bote a boca no trombone, avance dois quadrinhos e ingresse no movimento do custo de vida.

35 - A aparência tranquila da cerca de arame

farpado é enganosa. Senhores armados de bom senso e metralhadoras o convenceram delicadamente a mudar-se para São Paulo. Fique trinta jogadas procurando emprego na construção civil.

38 - Você era empregado de uma multinacional e seu salário não dava. Descobriu que era uma vítima do Imperialismo e, indignado, mudou de emprego. Agora estão te explorando à moda da casa. Sorria amarelo, faça o teste da janela. Vê

alguma diferença? Reveja sua posição e siga adiante.

39 - Se você chegou até aqui, muito bem: adquira a experiência necessária para continuar sem as dicas. Estamos com você!

(O GMD é composto por: Arnold, Aroeira, Druma, Filó, Hamilton, Levi, Marília, Nilson, Paula, Paulo, Regina e Silvinha.)



EU FUI AO



CÁNDIDO FERNANDES



CÁNDIDO FERNANDES

FESTIVAL DE CUBA

Manuel Bappi



A ilha que eu vi

Eu fui em representação do "Taller de Cine Liber Ace" na delegação político-cultural uruguia que totaliza 120 jovens exilados provenientes de 20 países diferentes situados em 3 continentes. A nossa delegação partiu do México no dia 24 de julho num avião da linha "Cubana de Aviação". Conosco viajaram também delegações de outros países. No Aeroporto Internacional Benito Juárez nos encontramos com figuras muito representativas como o Arcebispo de Cuernavaca, don Sergio Méndez Arceo, e o presidente da Federação Latino-americana de Imprensa (FEIAP) Genaro Carnero Rocha.

Quando chegamos ao aeroporto José Martí fomos recebidos com a calidez característica dos cubanos que nos deram as boas-vindas ao som inconfundível e, para todos muito querido, de Guantanera. Em seguida nos transportaram ao lugar onde nos alojamos, a Vila Lenin, situada num imenso parque com o mesmo nome. Durante esse curto trajeto já pudemos apreciar o aspecto geral da cidade, que nos pareceu muito bonita mesmo sob a luz difusa da madrugada.

"Jovens do Mundo, Cuba é a tua casa"

Essa era a frase que liamos pintada nas fachadas de quase todas as casas e muros de Havana e, efetivamente, pudemos comprovar com o correr dos dias que não se tratava apenas de uma palavra para efeitos propagandísticos.

Durante a nossa estadia fomos também verificando todo o sacrifício que representou para o povo a realização do Festival e receber em sua cidade as delegações de 147 países, totalizando 21 mil pessoas. Ficamos sabendo, por

exemplo, que em toda Cuba não se tomou refresco durante todo o mês anterior ao evento para que este não nos faltasse. Por outro lado, nenhum cubano, em nenhum momento, mostrou irritação pela nossa presença. Ao contrário. No dia da inauguração do Festival, quando nos conduziam em ônibus para o Estádio Latino-americano, parecia que toda a população da cidade havia se precipitado para as ruas para saudar-nos agitando bandeiras, apesar da forte chuva que caía, fenômeno a aliás, cotidiano nessa Cuba tropical.

Antes da inauguração, havíamos cumprido diversos programas, quase todos excursões e passeios à praias e lugares turísticos. Durante um desses passeios nos levaram à cidade dos Pioneiros onde moram umas 23 mil crianças de 6 a 14 anos que ali participam de um programa de educação integrada à produção. Ali visitamos a Casa da Cultura onde se encontram bibliotecas, salas de música, salões de desenho e pintura e salão para projeções cinematográficas. Também visitamos a "Casa del Che", onde este morreu durante um certo período em que esteve muito atacado pelos 20 milhares "pioneiros" escolhidos em cada ano entre todos.

As crianças nos assombraram e nos emocionaram pela segurança e alegria que demonstravam em cada um de seus atos. Totalmente desinibidos nos enterneceram quando com suas vozes infantis nos explicavam a necessidade que tem Cuba de que todos estudem e tenham uma vida digna.

Pudemos constatar também que essa pequena ilha, contando com o esforço combinado dos seus melhores combatentes, já havia resolvido dois

problemas fundamentais que são a educação e a saúde. Em apenas um ano, 100 mil brigadistas alfabetizaram mais de um milhão de cubanos. Por isso, Cuba é hoje um país onde não existem doenças típicas do subdesenvolvimento, o que faz com que a expectativa de vida seja de 71 anos e onde a população alcançou uma escolaridade média de 9 anos, índices que não têm comparação com qualquer outro país do continente. E esse nível de escolaridade que permite, por exemplo, que o *Gramma* venda diariamente 560 mil exemplares, que *Juventud Rebelde* tire 200 mil números todos os dias e 300 mil aos domingos, que também os jornais *Pioneros* e *Los Trabajadores* vendam 175 mil e 90 mil respectivamente.

Assim como a educação, a construção de habitações é feita também por brigadas voluntárias. Os trabalhadores voluntários podem se deslocar de suas atividades normais para a construção civil recebendo o mesmo salário anterior. O maior orgulho dos brigadistas é apresentar "La Mar", o maior centro habitacional urbano que abriga 30 mil pessoas e oferece toda a infraestrutura de colégios, centro comercial e cultural.

Depois de quase 20 anos de Revolução é o espírito coletivo que predomina nas atitudes e no comportamento dos habitantes de Cuba. Uma coisa que nos chamou muito a atenção foi o fato de que uma hora depois de terminadas as festas noturnas, todas as ruas da cidade já estavam limpas. O visitante estrangeiro acostumado com o individualismo e a falta de solidariedade existente na vida de suas cidades na-

tais tem dificuldade de entender como é possível funcionar por exemplo os CDR (Comitês de Defesa da Revolução). Estes foram formados inicialmente por militantes que tinham como função detectar os focos de resistência à Revolução. Extinta esta tarefa, os CDR se transformaram em órgãos políticos e administrativos dos quais participam toda a população, inclusive crianças. Cada quarteirão forma um CDR que elege livremente seu presidente e vice-presidente e tem como tarefa discutir e resolver qualquer problema apresentado por qualquer morador e propor soluções para os problemas da cidade ou da Revolução. São também a principal fonte do trabalho voluntário em qualquer área. Foram os CDR por exemplo que fizeram todos os enfeites e recepções para as delegações de Festival. As crianças de 6 a 10 anos formam uma "patrulha chic" que tem a função de fiscalizar o consumo de eletricidade. Por volta das 18 horas elas entram nas casas e apagam luzes e aparelhos elétricos ligados desnecessariamente.

Podíamos seguir descrevendo por páginas e mais páginas as impressões que tivemos e as lições que recebemos de um povo que no seu dia a dia vive entusiasmadamente e trabalha com vigor na convicção de que esta é a maneira de edificar uma nova sociedade. É muito característico por exemplo, que não se veja nas ruas nenhum cartaz comercial, que as garrafas de refrigerantes, de cerveja e outras bebidas não tenham rótulos. Também é ilustrativo ver uma cidade na qual predominam as áreas verdes e onde não se respira um ar poluído. Enfim, falar de Cuba seria falar de um país onde o ser humano e a primeira prioridade e cremos que isso já diz tudo.

Por um cinema crítico

Com respeito ao Festival propriamente dito não podemos dar um testemunho global, já que era literalmente impossível vê-lo em toda a sua extensão. Me explico: a partir do segundo dia, haviam 61 atividades diferentes dentro do programa do Festival. As delegações inclusive já vinham divididas setorialmente, ou seja, eram integradas por delegados culturais (para poesia, teatro, cinema), delegados políticos (também para várias questões) e delegados sindicais. Em resumo, essas 61 atividades existiam nas chamadas Atividades Especiais, nos Centros Políticos Permanentes, na Tribuna Livre, nos Encontros de Solidariedade, nas Atividades do Centro Internacional de Estudantes, Recitais, e assim por diante.

Assim, pude, participar somente no Fórum do Cinema. Durante 14 dias vimos filmes de todo o mundo e discutimos diariamente os vários temas apresentados cada dia por um expositor diferente. Um dos debates mais importantes foi relativo ao "papel das cinematografias nacionais no combate para a liberdade e contra a penetração dos monopólios nos seus respectivos países." Alguns cineastas latinoamericanos tentaram especificar as diferenças de situação quando se faz cinema num país como Cuba, e naqueles de regime capitalista; no primeiro caso, existe uma indústria cinematográfica protegida por um Estado popular que, ac mesmo tempo, assegura uma boa circulação da produção.

Pelo tipo de intervenção que fizeram no debate, foi possível notar que os cubanos não chegaram realmente a com-

preender as dificuldades colocadas diante dos realizadores latinoamericanos - ou seja, com o fazer para que suas obras apareçam, e não sejam simplesmente um aval implícito ou explícito ao sistema, desde que este domina as diferentes esferas de produção e circulação de mercadorias. A questão do cinema latinoamericano foi tema durante 4 dias. Mas o que polarizou as opiniões foi a discussão sobre o cinema como indústria, ou em oposição ao cinema dentro de formas de produção não industriais, com distribuição paralela. Procurou-se ver as implicações que este segundo caminho traria necessariamente. Ou seja, o fato de que esses filmes produzidos fora do sistema comercial-industrial seriam vistos por um número muito menor de pessoas.

A contradição a nível da discussão foi resolvida com a análise do trabalho realizado pelo grupo Ukamau da Bolívia que, desde o golpe que levou cineastas como Sanjines, Arrieta e outros ao exílio teve que produzir seus filmes dentro de um país ocupado pela reação. O grupo recebeu o auxílio dos que estavam foram, mas soube encontrar formas adequadas para passar nos cinemas de La Paz as fitas "Pueblo Chico" e "Chuquiago" (palavra aymara que significa justamente La Paz). O segundo filme encontrou uma resposta tão positiva da parte do público que ficou em cartaz durante seis meses. Comentava-se que até mesmo o Banzer foi vê-la, para compreender o por que da coisa! A partir dessa experiência verificou-se que a contradição entre as duas vias propostas não era insolúvel e que o caminho correto estaria na combinação das duas formas.

Teatro livre

Paralelamente às atividades do XI Festival, foram promovidos vários encontros de grupos de teatro de toda a América Latina, inclusive do Brasil. O tema mais debatido foi o dos caminhos que se abrem para o Teatro Popular, e das várias formas de se fazer teatro "com e desde o povo". Depois da leitura e aprovação do documento que registra as conclusões do Encontro Latino Americano de Teatro Popular, realizado em novembro de 77, no Equador, foi redigida a seguinte mensagem:

"Os grupos de teatro aqui reunidos se pronunciam pelo apoio a todos aqueles que, por diversas formas e nas mais difíceis condições, buscam uma arte popular e libertadora na América Latina; muito especialmente, àqueles grupos ou pessoas vinculados à cultura que estejam impedidos de realizar seu trabalho junto aos seus respectivos povos por se encontrarem, de alguma maneira, vítima da repressão."

Observou-se que, a partir da proposta de fazer Teatro "com e desde o povo", as experiências dos diversos grupos apresentavam muitas partes em comum. Vale a pena comentar o trabalho do Grupo de Teatro Escambray, o mais importante de Cuba, que, convidado pelo Teatro União e Olho Vivo, virá a São Paulo, em maio do próximo ano.

Em 1968 vários atores renunciaram ao teatro clássico calcados nos palcos europeus e começaram a questionar a validade da arte que faziam. Com a proposta de fazer um teatro revolucionário, Sérgio Corrieri, diretor do grupo, nos conta: "E rompemos. Nos levantamos. Não, como o nosso exército rebelde, mas no sentido literal da palavra: ascendemos. Nos levantamos para o povo: viemos em sua busca para fazê-lo protagonista de nosso teatro, precisamos aqui, nesta região difícil, rica em tradições libertárias, escolhida uma vez pelo imperialismo como foco principal da reação."

"Vale também o registro de alguns de seus princípios: Primeiro: É impossível criar arte para o povo e representar o povo se não se conhece o povo. E para conhecer-lo há que se viver com ele e sentir como nossas suas alegrias e dificuldades. Isto significa inevitavelmente um período de autotransformação e aprendizagem."

Segundo: Pode-se e deve-se fazer teatro com e desde o povo, agora; neste presente extraordinário, complexo e rico em conflito de todo país pobre e subdesenvolvido que se libera do

colonialismo. Esse é na realidade, nosso principal dever histórico.

Terceiro: O teatro pode ser uma arma eficaz a serviço das necessidades de desenvolvimento da revolução. Nós o comprovamos e sabemos; gostamos, ainda que isto seja pouco, de sentir o sentimento incomparável de nos sentirmos úteis, de sabermos estar fazendo revolução com nossa arte. E isso não significou uma concessão na qualidade ou no rigor artístico, muito pelo contrário, nos exigiu o máximo rigor e a máxima qualidade artística; foi e continua sendo um desafio a nossa imaginação criadora.

Confirmando estas premissas, a obra "Testigos de Jeová", que trata da infiltração desta seita nos campos cubanos, trazendo imagens ilusórias e negando a própria revolução, leva ao palco 30 atores que apresentam o assunto de forma divertida e alegre, entremecendo com músicas regionais, as denúncias contra este tipo de seita ilusória. Existem esquetes que contam com os Testemunas de Jeová convencem um camponês e sua família a aderirem à seita: com promessas de que o filho morto retornará no próximo trem, ou mesmo de enriquecimento.

Outro espetáculo bastante interessante é constituído por quatro contos: "El Cangrejo Volador" (O Caranguejo Voador), "El Hambre" (A Fome), "Francisca y la Muerte" (Francisca e a Morte) e "El Cuentero" (o Contador de Casos). Depois da apresentação dos quatro contos que são ligados unicamente por músicas típicas, o público é convidado a contar o seu caso - às pessoas da plateia e cantar sua música preferida. O espetáculo se transforma numa grande confraternização que sempre acaba nas casas dos que estavam assistindo ao espetáculo.

É uma prática constante do grupo, os debates depois do espetáculo e a visita aos camponeses, esta atitude enriquece não só o grupo e o público, como também as futuras obras são calcadas nestas conversas e discussões, pois, "o teatro deve ser um bem do povo e o povo deve considerá-lo como seu. E ter o direito de pedir, exigir, criticar e ensinar aos seus artistas. E o dever de ajudá-lo, francamente, nesta relação dialética que estabelece com esta região que estabelece com esta região (a Serra do Escambray). Sem dúvida somos os mais beneficiados, sem dúvida recebemos e aprendemos muito mais do que temos dado ou ensinado."



Ações políticas

Durante o XI Festival Mundial da Juventude, realizado entre as última semana de Julho e a primeira de agosto, os mais de 20 mil delegados participaram de festas populares organizadas pelos Comitês de Defesa da Revolução, de programação artísticas e de encontros de solidariedade. Corresponde ao item da programação "A Solidariedade Antiimperialista", foi criado o Tribunal Internacional contra o imperialismo.

Na abertura dos trabalhos do Tribunal, Fidel Castro assegurou que Cuba "não renunciará jamais à solidariedade com os países que lutam contra o imperialismo e o racismo", deixando claro que "gostaria de ver Zimbabwe, Namíbia e África do Sul na condição de países livres".

Manifestando-se contra as pressões norte-americanas sobre Cuba, Fidel declarou: "Embora o imperialismo revolte-se com a nossa presença na África, nós pensamos que o povo africano necessita de nossa solidariedade e a terá". (Nesta semana, o presidente de Cuba está na Etiópia, para as comemorações do quarto aniversário

da derrubada do imperador Haile Selassie).

O Tribunal Internacional contra o Imperialismo julgou principalmente as ações de sabotagem realizadas pela CIA contra o povo cubano. Ex-agentes da CIA, como Philip Agee, estiveram depondo perante os cubanos e as delegações estrangeiras. Agee denunciou o assassinato de 100 cubanos pela CIA, quando, em 1960, a Agência Central de Inteligência norte-americana explodiu um navio de bandeira cubana, carregado de armas. José Fernandez Santos, um membro do serviço de segurança de Cuba que se infiltrou em organizações de exilados cubanos financiadas pela CIA, com base em Miami, e chegou a ser "capitão" da Alpha 66, denunciou um plano dos imperialistas para assassinar Fidel Castro. Várias tentativas nesse sentido foram denunciadas, umas quando da viagem de Castro ao México, em 1976, outras quando ele visitou o Chile, em 1971.

Ponto por ponto, o Tribunal respondeu e rechaçou as acusações da CIA de que John Kennedy teria sido morto por ordem de Havana.

CARTAS AL DIRECTOR

LOS OBREROS que dependem de la ruta 14 para el trabajo, tienen que esperar mucho tiempo desde la parada final de la línea en el reparto Jayrón, que corresponde a la Estación de la Embocadura Camagney. Esto nos ha preocupado al lector Alejandro Carreras... (texto truncado)

DE PINO

En el Directorio Telefónico de la Plaza del Pinar del Sur, editado por el grupo que edita este periódico, aparece un error... (texto truncado)

Revista cubana PALANTE, publicada em Havana em 28 de julho de 1978.

“Negros de todo Brasil, uni-vos!”

Centros de luta negra de São Paulo, Rio, Bahia, Minas e Espírito Santo reuniram-se no último fim de semana, em torno do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Do encontro, além de um programa de atividades comuns, saiu a posição do Movimento frente a eleições de 15 de novembro.

Os dias 9 e 10 de setembro foram um fim de semana de trabalho intenso para aqueles que atualmente são os que mais se dedicam pela causa do povo negro no Brasil, vale dizer, por um setor que hoje leva adiante a causa dos oprimidos e explorados na sociedade brasileira.

Marçou-se o fim de semana pela realização de um encontro nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, no Rio de Janeiro, e que no horário de pico do sábado chegou a contar com cerca de 300 pessoas.

Foram passados informes da situação do Movimento Unificado nos diversos Estados, através de entidades, centros de luta (mais de três indivíduos que se reúnem para atuar juntas) e pessoas (até o momento de participarem ou formarem centros de lutas). Já antes do encontro, existiam coordenações do Movimento em São Paulo, no Rio e na Bahia - que hoje se coloca como polo mais dinâmico da luta negra.

Estiveram presentes na reunião do Rio, além das citadas, delegações de Minas Gerais e Espírito Santo, Estados onde o movimento ainda se articula para uma organização. As principais atividades que se seguiram à reunião interestadual anterior, dia 23 de julho último, em São Paulo, pautaram-se por denúncias de repressão e da morte de um

negro num bairro popular da Bahia, debates da questão racial no Festival das Culturas Negras, conscientização das mulheres negras e crianças na periferia.

Entre as entidades e grupos que já integram o Movimento na Bahia estão o Palmares de Zianon, Grupo Malé, Núcleo Grupo Negro, Grupo Negro e centros de lutas em fase de formação.

No Rio de Janeiro foram feitas denúncias de assassinatos e queima de barracos na Cidade de Deus, propondo-se a criação de centros de luta no morro, no meio artístico e no meio estudantil, debates e contatos com negros americanos no próximo Festival de Culturas Negras, participação em entidades como a Escola de Samba Quilombo, IPCN, CERBA, Centro de Luta Força Negra, Centro de Luta Santo Amaro, Jornal Sinba, Afro Latino América (Rio de Janeiro).

Em São Paulo, a atividade mais relevante do Movimento vem sendo a luta pela continuidade da posse de terra da comunidade negra de Cafundó, em Sorocaba, que vem sendo ameaçada e sofrendo pressões constantes por parte de latifundiários. Além disso, há articulações em Campinas, São Carlos, Piracicaba e Ribeirão Preto. As entidades paulistas que integram o Movimento são as seguintes: CECAN, Associa-

ção Brasil Jovem, ACBB, Centro de Luta Decisão, Centro de Luta 25 de Janeiro, Centro Tendência Pró Juventude Negra, Centro de Luta dos Professores, Grupo Afro Latino América-SP.

“Voto racial”

Durante a reunião do Rio foi também tirada a posição do Movimento Unificado em relação as eleições parlamentares de novembro, quando se aprovou o “voto racial”, assim considerado não apenas o voto em candidatos de pele e traços negros, mas em candidatos que tenham em programa negro, isto é, que assumam a síntese e a essência do programa mínimo do Movimento.

Além dos Estatutos, a reunião aprovou ainda a criação de uma Comissão Executiva Nacional, uma Carta de Princípios e um Programa Mínimo. Numa só votação houve consenso, mas democraticamente venceram as maiores. Ficou claro que no Movimento existem correntes em divergência, tanto que não faltaram críticas a sua atual estruturação. A Bahia foi fixada como sede da próxima reunião nacional, nos primeiros dias de novembro, quando se tratará da imprensa negra (boletins e jornais do Movimento) e de atividades e manifestações na semana de Zumbi. (*Wilson Prudente*)

O poder psiquiátrico

Não basta substituir os diretores das instituições. É preciso compreender também que a ideologia dominante da psiquiatria esconde as dimensões sociais das perturbações mentais, para as reduzir a uma problemática pessoal, privatizada; escamoteando assim as contradições sobre as quais se deveria intervir prioritariamente.

No início de setembro, lemos na “Folha de São Paulo” matéria de denúncia sobre as medidas repressoras adotadas pelo governo em cima das reivindicações dos psiquiatras do Rio de Janeiro, que ou saram questionar a realidade que os rodeia e exigir melhores condições de trabalho. A isso o governo, através da Divisão Nacional de Saúde Mental - DINSAM -, respondeu demitindo sumariamente 240 profissionais especializados.

Percebe-se o início de uma “caça às bruxas” por parte da atual direção da DINSAM e tem-se a impressão de que a solução estaria na substituição do atual diretor, Alberto Magalhães, por uma pessoa mais voltada para os processos de psicoterapia de grupo e experiência semelhantes.

Vale a pena aproveitar esta mesma denúncia para aprofundar a discussão em torno da questão da doença mental no Brasil. Acreditamos que o problema exige soluções muito mais profundas do que simples mudanças de pessoas nas direções das instituições ou mesmo de reformas no atual sistema psiquiátrico. É preciso ir mais ao fundo do poço.

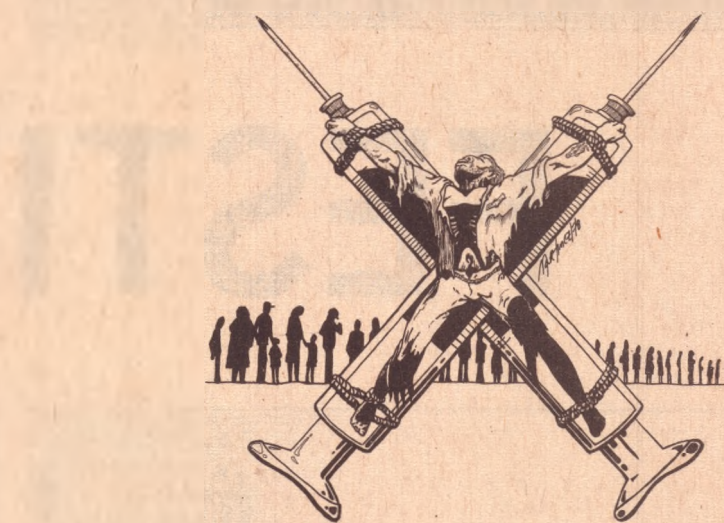
Tanto é assim que, na faixa das intenções, o próprio governo é contraditório e - em alguns casos - admite e recomenda mudanças, adaptações, reformas, desde que o essencial permaneça como está.

Senão vejamos: ao mesmo tempo em que são demitidos sumaria e injustamente 240 psiquiatras (incômodos), o orçamento aprovado para este ano para assistência psiquiátrica na Previdência Social foi triplicado e a orientação do governo, de acordo com a Portaria nº 32/BSB do Ministério da Saúde, é “dar prioridade ao tratamento ambulatorial e a hospitalização curta...” e “incrementar a criação de unidades de saúde mental nas cidades com mais de 100 mil habitantes...”

Não se pode negar que este é um avanço em relação à situação anterior (?), onde a orientação era principalmente o internamento: em 1973, o INPS aplicou 97% do orçamento relativo à assistência psiquiátrica em “despesas hospitalares” e apenas 3% em “despesas de ambulatório” (vide “Assistência Psiquiátrica na Previdência Social” - MPAS Rio, 1975).

No entanto, como dissemos no início, essa mudança de orientação não passa de reformas, de adaptações do poder psiquiátrico burguês. É a reforma da psiquiatria não liquida o problema do saber e do poder psiquiátrico, apenas tem por objetivo a perpetuação do mesmo. Não modifica em nada a essência da ideologia e da prática psiquiátrica. Por que?

A ideologia dominante da psiquiatria, ao definir a “loucura” como uma “doença” (no sentido médico do termo) e ao difundir a idéia da “doença” como uma infelicidade que acontece por acaso aos indivíduos e não como - na sua



imensa maioria - uma consequência de uma situação sócio-econômica, esconde as dimensões sociais das perturbações psicológicas e outros comportamentos “desviantes”, para as reduzir a uma problemática pessoal, privatizada, que apenas diz respeito à pessoa atingida.

Poder psiquiátrico

Ao isolar os trabalhadores atingidos por problemas psíquicos, a classe dominante - através de seus prepostos armados do poder psiquiátrico - retira-lhes qualquer possibilidade de discussão coletiva do problema (com seus companheiros de vida e trabalho), o que poderia levar a uma tomada de consciência de classe - proletária - sobre o caráter social e político da “doença”: **descobrir**, por exemplo, a relação entre determinadas perturbações nervosas e as condições de trabalho na fábrica (ruídos excessivos, calor, vibração, etc); **descobrir** que, como ele, existem muitos outros trabalhadores sentindo as mesmas dificuldades - mas que as escondem sob pena de serem marginalizados e apelidados de “malucos”; **descobrir** que o sintoma ressentido é simplesmente um modo de dizer não às condições intoleráveis de trabalho ou de vida...

Em geral, as dificuldades crescem e o sofrimento se avoluma quando as contradições sociais são vividas isoladamente, são individualizadas como problemas pessoais, quando o sujeito se fecha num universo privado e perde a possibilidade de discutir e interpretar com os outros aquilo que o afeta ou preocupa.

Então vem o pedido de tratamento (os conselhos dos familiares, dos amigos: “você precisa ir a um médico”... “precisa se tratar”) e a consequente confirmação por via médica de que o problema é “realmente” pessoal. O trabalhador incorpora as virtudes da assistência recebida e entra numa relação de dependência com o médico e com a instituição psiquiátrica, contribuindo - sem o saber - para sua perpetuação e justificando socialmente a sua existência.

Camisas de força

Porém, os manicômios, asilos ou hospitais psiquiátricos - instituições totalitárias herdadas do século XVII - revelam-se ineficazes. As descobertas medicamentosas permitem substituir as “camisas de força” pelos “coletes químicos” drogas psiquiátricas que produzem efeitos, tais como, sonolência, depressão, vertigens, espasmos musculares, lassidão, redução da capacidade motora, náuseas, vômitos, entre outros. Quer dizer, a psiquiatria, nos países onde a economia capitalista está mais desenvolvida, integra técnicas menos rígidas, mais sofisticadas. Isso permite a reforma de suas técnicas de repressão: a psiquiatria, para poder sobreviver, sofre metamorfoses.

Atualmente, a estratégia ocidental, relativa à psiquiatria, consiste em deslocar o local do exercício de sua prática - o hospital - para outras instituições menos autoritárias, menos hierarquizadas e mais em relação com a vida social: os ambulatórios.

No entanto, apesar de representar um avanço em relação ao manicômio, esta política extra-hospitalar (psiquiatria de setor ou comunitária) corresponde a um reforço do poder psiquiátrico, tendo em vista um controle social mais eficaz.

Em nome da prevenção, os psiquiatras do sistema vão intervindo no seio da escola, da família, da justiça, das prisões, das fábricas, da vida... e ainda por cima, sua prática está minada por um espírito tecnocrático. Na base está a idéia de que os problemas da saúde mental se resolvem por via técnica, através do alargamento dos serviços de prestação médica, escamoteando contradições sociais sobre as quais se deveria intervir prioritariamente. Intervenção que só seria possível caso os objetivos fossem realmente o atendimento das necessidades sociais básicas dos trabalhadores, assegurando - no trabalho cotidiano e na utilização dos meios de consumo coletivo - condições fundamentais para a sua saúde física e mental.

Rinaldo Barros



Programa Mínimo do Movimento Unificado

Em assembléia geral, os participantes do encontro nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial aprovaram no último domingo um Programa Mínimo, que define os pontos principais de sua luta. Abaixo, a íntegra do documento:

1 - **Contra a discriminação racial (em geral)**
Contra a marginalização do negro.
Por mais oportunidades de trabalho ao negro.
Contra a perseguição racial no trabalho.
Contra o desemprego.
Contra o sub-emprego.

Por melhores condições de vida.
Pela criação de creches populares.
Contra a carestia.
Por melhor assistência médico-hospitalar.
Por melhores condições habitacionais.

2 - **Contra a discriminação racial nas prisões.**
Contra as condições sub-humanas de vida dos presidiários (negros na sua maioria).
Pelo direito de organização dos presidiários.
Contra as torturas nas prisões.
Contra a censura nas prisões (cartas, livros, revistas e jornais etc).
Por escolas nas prisões.
Por prisões abertas e pela efetiva reintegração social dos presidiários.
Contra a exploração do trabalho dos presidiários.
Por melhores condições de recolhimento dos menores.

3 - **Contra a discriminação racial nas escolas**
Por melhores condições de ensino aos negros.
Por um ensino voltado para os interesses e valores do povo negro.
Por melhores condições de participação dos negros no esporte amador.
Por mais vagas nas escolas públicas: municipais, estaduais e federais.
Por mais bolsas de estudo.
Por mais escolas técnicas e profissionais públicas.

4 - **Contra a comercialização, folclorização e distorção da cultura negra**
Pela reavaliação do papel do negro na História do Brasil.
Pela inclusão da disciplina História da África nos currículos escolares.
Pela participação dos negros na elaboração dos currículos escolares em todos os níveis e nos órgãos culturais.

Pela total liberdade de expressão e prática de religiões afro-brasileiras em todo o território nacional.
Contra a colonização cultural.

5 - **Contra as formas sistemáticas de opressão, perseguição e violência policiais nas favelas, alagados, cortiços, conjuntos habitacionais etc.**

6 - **Pelo direito do negro ao lazer**
Contra a discriminação nos clubes, restaurantes, boites, hotéis, etc.
Por mais quadras para escolas de samba, blocos e cordões carnavalescos.
Pela criação de teatros e áreas de lazer na periferia.

7 - **Pela participação da mulher negra na luta de emancipação do povo negro**
Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.
Contra a exploração e pela garantia das Leis Trabalhistas das empregadas domésticas.
Contra o machismo.

8 - **Pela solidariedade à luta internacional contra o racismo.**
Solidariedade à luta de libertação dos povos da Namíbia, Zimbábue e África do Sul.

9 - **liberdade de organização e expressão do negro.**
Contra a proibição de organização de entidades.
Pela construção dos centros de luta nas escolas, fábricas, bairros, favelas e locais de trabalho.
Pelo fortalecimento das entidades negras.

Pela organização independente das entidades negras.
Pela reconstrução da Imprensa Negra.
Pelo direito de voto ao analfabeto.
Por uma autêntica democracia racial.
Pela libertação do povo negro.



De setª a dezª. As terças-feiras, de 20 às 23 horas. No Campus da PUC-SP - Inscrições: CEDEC - rua Monte Alegre, 977 - Fone: 263-02-11, ramal 362 das 14 às 21

LITERATURA

Contramemórias de Arari

Arari é um lugarejo, um ponto de referência, uma raiz que segura e amarra as dez estórias que Jesse Navarro Júnior utilizou para construir seu novo livro: “A **Voragem dos Moribundos**”. Muitas estórias não se passam em Arari, o lugar não é sequer mencionado, mas está ao fundo, na origem e no fim, a marcar o destino de personagens que desfilam angústias e ideais, prepotência e romance por 126 páginas absorventes. Cem anos de Arari, do destino de Arari, os últimos quarenta ou cinquenta já decididos fora da pequena cidade, muito longe, na metrópole.

Seria então uma ficção histórica, no modelo de “Incidente em Antares”, onde Arari é a comunidade que se contorce e aflige ao efeito das mudanças políticas e econômicas do país? Mas Arari não retrata a estória de uma comunidade, são só pessoas gerações que peçam, e que passam imóveis, como se o mundo não as atingisse.

Então os cem anos de Arari seriam “Cem Anos de Solidão”, cem anos presos a sua cultura, cem anos resistentes, grosseiros e puros, impermeáveis a si próprios, o grito anárquico de uma independência sem sentido? Mas Arari não conserva, nada há a conservar. Ela não muda e não conserva, não se reproduz e não desaparece. Arari, é cu-

rioso, transforma-se pelo imobilismo, modifica-se pela própria teimosia.

Pensemos em Arari como um romance e haverá ali uma mensagem desesperada: O último sobrevivente conforma-se e aliena-se, e o penúltimo, ao ser assassinado com seus sonhos, pensa em seu derradeiro trunfo, um filho não nascido mas que continuaria sua luta. Mas sabemos, desde a primeira estória, que os filhos são traidores.

Pensemos em Arari como um livro de contos, e cada estória se poetiza, se enche de um lirismo combativo, de esperança e desesperança. Estamos mortos, e no entanto é preciso continuar.

Memórias de geração

Creio que Arari é tudo isto, pode ser tudo isto, porque Arari é antes de tudo um livro de memórias, memórias de uma geração que surge, se interessa e começa a participar por volta de 1960.

Jânio Quadros, campanha presidencialista, nacionalista, moralismo, Goulart, desenvolvimentismo, inflação, e uma geração chegando, começando a tomar suas posições. Uma geração que busca algo, mas não possui ainda a memória de uma

vivência. Em lugar de memória, Jorge Amado, Vinícius de Moraes, Geraldo Vandré, Sartre, por que não? Estórias, no lugar de memória.

Então, de repente, nada. A ordem de não ter nem construir memória e apagar as estórias: a ordem de anular-se. Mas é justamente aí que a memória vai surgir e do modo mais rude: os mortos longínquos das estórias pelos quais chorávamos justiça, passam a ser nossos próprios mortos, para os quais não pedimos nada.

“Y camifei, hijito, pero las calles se haviam quedado desiertas...” Dezoito anos e uma geração atinge a maioria (o livro de Jesse é uma prova disto). Uma geração que começou com as estórias sobre Arari e seus mortos distantes, e de modo brutal, viveu de repente Arari e hoje, adultecendo, prepara sua caminhada para o futuro, levando sua memória e carregando consigo seus mortos crianças.

E “repetirei sete vezes sete vezes a operação, antes de me ver num amplo pátio cheio de árvores. Um grande portão vigiado me separará da liberdade. Mas pularei o muro, embora com enorme dificuldade, num lugar bem distante do Guardião.

E ganharei o mundo”.

Orlando Miranda

ANISTIA

Movimentos Pró-Anistia de 18 Estados reúnem-se em Salvador e marcam seu Congresso Nacional para novembro próximo, em São Paulo.

Com a presença de representações de 18 Estados realizou-se em Salvador o Encontro Nacional de Movimentos Pela Anistia, durante os dias 7, 8, e 9 de setembro, onde se decidiu pela realização, nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro, do I Congresso pela Anistia, em São Paulo, com abertura prevista para o Teatro da Universidade Católica (Tuca). O desenvolvimento dos trabalhos deverá ser dar no auditório da Faculdade "Sedes Sapientiae".

O Congresso, de acordo com a definição do Encontro de Salvador, visa unificar a luta pela anistia, sob as qualificações de AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, unindo os diversos movimentos existentes em todo o País e dando maior consistência e unidade à luta pela recuperação da liberdade para presos e perseguidos políticos, no País ou fora dele. Durante a fase preparatória, se procurará, de modo persuasivo, criticar aqueles que ainda se contentam com a idéia de anistia parcial.

Contudo, durante o Congresso, caso na fase preparatória não se tenha convencido a todas as entidades, movimentos ou pessoas sobre a necessidade da anistia ampla, geral e irrestrita, não se vetará a participação de ninguém já que, além de o Congresso ser aberto, isso contribui, de alguma maneira, para a aglutinação cada vez maior das forças que lutam pela anistia em todo o Brasil.

Antes das eleições

A realização do Congresso antes das eleições de novembro visa aproveitar a mobilização existente nessa época. Essa posição foi resultado de uma cirrada discussão, já que algumas entidades, como a MFA, do Rio Grande do Sul ou como a MFA, de São Paulo, num total de seis movimentos, manifestaram-se contra a data, acreditando que o melhor período seria após as eleições, à medida que "após uma vitória maciça das oposições" teria maior respaldo.

A decisão majoritária teve sua argumentação baseada no fato de que não se podia prever exatamente quais seriam os desdobramentos pós-eleitorais e que, além disso, um Congresso realizado num período de férias não encontraria uma grande receptividade. Nesse sentido, considerava fundamental aproveitar a mobilização efetivamente existente durante a preparação das eleições como maneira de fortalecer e atrair mais setores para a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Além disso se procurava cobrar coerência dos candidatos mais claramente oposicionistas diante da questão da anistia, conforme ressaltou o representante do CBA-SP, Luiz Eduardo Greenhalg.

Além do Congresso, o Encontro de Salvador discutiu também a situação dos exilados. Diante das informações trazidas por Eny Moreira e Iramaia Benjamin, do CBA-

RJ, de que as pessoas que estão no exterior por razões de perseguição política não estão dispostas a voltar em massa ao Brasil a não ser com a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, decidiu-se, respeitando a vontade dos exilados, dar o mais irrestrito apoio aqueles que, individualmente, decidiram voltar. E, além disso, estar em permanente contato com advogados brasileiros no sentido de se conseguir todos os documentos e tomar todas as providências legais necessárias à volta das pessoas interessadas.

Em todo o Brasil se desenvolverá um amplo trabalho de denúncia em torno da situação dos exilados, ao tempo em que, também, se evidenciará o dramático quadro em que vivem os prisioneiros políticos, os cassados e os perseguidos de um modo geral. Em todos os Estados se procurará fazer um levantamento, junto aos familiares, de quantos são os exilados e quais as condições em que estão vivendo. Em Minas Gerais, segundo Helena Greco, do MFA-MG, já existe uma boa pesquisa em torno dos exilados mineiros, assim como em São Paulo, onde a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese preparou um trabalho semelhante.

Além da definição do próximo Congresso, aprovou-se também a "Carta de Salvador" em torno da qual estão unidos hoje os movimentos pela anistia de todo o Brasil (ver texto abaixo). **SUCURSAL DE SALVADOR.**

"Nós lutamos por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita".

1. A ANISTIA PELA QUAL LUTAMOS

As entidades que hoje pugnam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA para todos os presos e perseguidos políticos, vêm declarar os brasileiros de todos os quadrantes e de todas as origens sociais para se incorporarem a essa luta.

Lutamos por ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA por entendermos ser esta a única forma consequente da Anistia, pois atende aos interesses de todos os setores e camadas sociais na luta por liberdades democráticas.

A colocação destes adjetivos é fundamental, uma vez que, cada um deles tem um significado específico.

A anistia deve ser AMPLA - para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; GERAL - para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTRITA - sem discriminação ou restrições.

Neste sentido, assumimos esta bandeira por ser ela a única que não discrimina ninguém e que devolve aos cidadãos todos os seus direitos, sem limitações de qualquer espécie.

Não se justificam as propostas de anistias parciais ou limitadas que discriminam inclusive os que, na luta contra o regime vigente, participaram de movimentos armados, pois, todos foram punidos pela força de atos e leis ilegítimos, eis que contrários à vontade popular.

Por outro lado, a Anistia pela qual lutamos, só será efetivamente garantida com o fim do aparelho repressivo político oficial ou autônomo, que desrespeita cotidianamente os direitos humanos e até a própria legislação em vigor, praticando sequestros, torturas e assassinatos de acusados por crimes políticos ou comuns. E que está presente, tentando obstar, diariamente, as lutas do movimento popular e democrático.

Entendemos ainda, que a conquista da Anistia não pode vir só. Ela exige a eliminação dos atos e leis de exceção, o estabelecimento das leis e mecanismos de livre participação e representação popular, além do fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização original dos que as praticam. Cada contrário ficar-se-á à mercê do arbítrio da minoria no poder, que legisla e ordena a sociedade em função de seus interesses.

É então, neste sentido, que esta luta beneficia não apenas aqueles que foram diretamente punidos, mas à grande maioria do povo brasileiro, impedida hoje de participar ativamente da vida política e econômica do País, pelos atos e leis de exceção, particularmente o Ato Institucional nº 5.

Reafirmamos que anistia não é uma dádiva, mas sim, uma conquista a ser feita por todos os brasileiros.

2. ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A luta pela Anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas.

Estamos convencidos que todos os elementos básicos que dão justiza à luta pela Anistia estão colocados no momento político atual e já integram a consciência democrática de nosso povo.

A luta pela Anistia se vincula, desde logo, com as lutas de todo o povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação, saúde e pela posse da terra aos que nela trabalham.

Nesses anos todos, o sofrimento dos presos políticos foi também o sofrimento dos trabalhadores da cidade - desde a intervenção nos sindicatos ao arrocho salarial; dos trabalhadores do campo - desde a expulsão de suas terras à repressão brutal em favor do latifúndio; dos estudantes - desde a dissolução de suas organizações representativas às invasões da Universidade.

Prepotentemente o regime cassou mandatos legislativos, censurou a imprensa, rádio, televisão, cinema, teatro e música. Extinguia partidos políticos. Fechou o Congresso várias vezes.

Impôs o silêncio a todos. Pois bem. A sucessão interminável de arbitrariedades e violências feriu a dignidade e desafia a fibra do povo brasileiro.

A sociedade brasileira está disposta a não tolerar mais a desumana repressão que se abateu sobre o País, nos últimos 14 anos.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos a urgente necessidade da mais ampla liberdade de palavra, de imprensa, de expressão cultural e artística e de manifestação do pensamento.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos o direito de todos à inalienável liberdade de associação e de reunião, defendendo a livre organização dos trabalhadores em seus sindicatos e em seus locais de trabalho e residência. E proclamamos como justo o direito de greve.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos como justa e legítima toda a atitude política pela qual os amplos setores da população possam expressar seus interesses, apresentar suas propostas ao conjunto da sociedade, e assim, participar do processo político da Nação Brasileira e, nesse sentido, defendemos a ampla liberdade de organização de todos os partidos políticos.

3. ANISTIA E REFORMAS POLÍTICAS

É parte da luta pelas liberdades democráticas, no Brasil de hoje, e portanto dos organismos que lutam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, a denúncia das reformas constitucionais enviadas pelo governo para aprovação do Congresso.

As reformas propostas têm uma mesma base e objetivo - a negação da soberania popular, a perpetuação do arbítrio governamental, a manutenção da grande maioria da população na condição de marginalização política.

Presidentes escolhidos pelos antecessores e eleitos indiretamente. Governadores e senadores biônicos eleitos por Colégios Eleitorais fabricados, sob medida, para garantir vitórias governamentais nos locais onde a oposição é majoritária. Campanhas eleitorais subordinadas à Lei Falcão. Sindicatos sujeitos à antiga legislação corporativa e intervencionista que o governante pode agravar por decreto. Que considera crime a solidariedade e a greve dos trabalhadores.

Manutenção de milhares de exilados, cassados, banidos, reformados, aposentados e presos políticos - afastados da plena cidadania porque algum dia agiram ou foram considerados como obstáculos ao regime.

As reformas contemplam a criação de novos partidos políticos. Mns. como de costume, formados de cima para baixo e cercando a organização de partidos que refletem expressivas correntes políticas, ideológicas e econômicas, além de impedir que os trabalhadores tenham suas efetivas organizações políticas atuando

de maneira legal e independente. Estas reformas procuram eternizar um presente que não tem o apoio e nem correspondente aos interesses da Nação.

Na prática, não muda realmente nada. Mas, paradoxalmente, registram uma mudança. Diante da crise econômica, do aumento da insatisfação, da retomada das mobilizações e reivindicações populares, o regime é compelido a mudar. E diante da reivindicação ampla da sociedade civil por liberdade e democracia, passou a falar em democracia, mas "relativa"; liberdade, mas tutelada e vigiada.

Institui-se o "habeas-corpus" aos políticos, mas se garante prazo de incommunicabilidade suficiente para "investigações" e arbitrariedades; devolve-se as garantias da magistratura mas se as limita em lei. Promete-se extinguir o Ato Institucional nº5, mas não sem antes criar "estados" e "medidas" de emergência subordinados aos critérios do Executivo. Extingue-se o poder do Executivo de cassar mandatos legislativos e a proibição de recesso dos cassados pela lei de exceção de atuar politicamente mas continuam vigiando até o fim, as "penas" aplicadas aos que um dia e em nome do povo, referiram-se, no dizer de Alencar Furtado, "às viúvas do talvez e do quem sabe".

Os movimentos pela Anistia denunciam as reformas propostas.

Reformas que não consideram a Anistia, quando sabemos que a ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA é condição imprescindível para suportar a divisão criada, pelo arbítrio e exceção, entre os brasileiros.

Reformas que representam interesse diversista em relação aos fundamentais interesses políticos e sociais do País.

Os movimentos pela Anistia denunciam as reformas pelo que elas verdadeiramente são: esforço para institucionalizar por arbítrio, marginalizar os setores populares e eternizar o grupo governante no poder.

4. A TAREFA FUNDAMENTAL

A conquista da anistia, depende, fundamentalmente, da transformação de sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais.

É esse compromisso-meta que, solenemente, os movimentos pela anistia assumem perante a Nação, certos de que sem odiar e sem esquecer, mas decididamente, inapelavelmente, o povo brasileiro está retornando os passos interrompidos que o levarão a virar a página da exceção em que vive, para construir a sua força e seu futuro.

Salvador, 9 de setembro de 1978

Comitê Brasileiro pela Anistia (BA); Comitê Brasileiro pela Anistia (SP); Comitê Brasileiro pela Anistia (RJ); Comitê Paraense pela Anistia (PA); Comitê Norte Riograndense de Anistia (RGN); Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana (BA); Comitê Goiano pela Anistia (GO); Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (PR); Movimento Feminino pela Anistia (SP-Direção Nacional); Movimento Feminino pela Anistia (BA); Movimento Feminino pela Anistia (MG); Movimento Feminino pela Anistia (CE); Movimento Feminino pela Anistia (PB); Movimento Feminino pela Anistia (RS); Movimento Feminino pela Anistia (PE) e Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos (MT do Sul)

GUERRILHA

José Genuino Neto, participante da Guerrilha do Araguaia, contesta a reportagem da revista Veja sobre aquele conflito. Argumentando, levanta fatos sobre sua vida e luta na selva, até o momento de sua prisão. Além disso, faz comentários sobre determinados êxitos e derrotas daquela operação guerrilheira.

"Sr. Editor-Chefe:"

Fui citado nominalmente em reportagem estampada no nº 522 da Revista VEJA, em assunto relacionado a conflitos na região do Araguaia.

Entretanto, da simples leitura daquela matéria, ressaltam distorções não só sobre os fatos, como sobre declarações a mim atribuídas.

No intuito de ver restaurada a verdade, remeti ao Editor-Chefe daquele semanário, carta na qual retificava os pontos distorcidos pela reportagem. Tudo de conformidade, com o direito que me assegura a própria legislação de imprensa.

Entretanto, verifiquei que a retificação não foi veiculada no nº 523 de VEJA, conforme o acertado, motivo pelo qual recorro a este jornal, a fim de que, indiretamente, possa restabelecer a verdade sobre os fatos e opiniões daquela matéria.

Hoje, quando o povo brasileiro começa a tomar conhecimento da História mais recente, aqueles que detêm o poder de informar têm o dever de, no mínimo, serem honestos. Manipular os fatos, deformar opiniões ou omitir informações é reforçar a censura contra a qual muitos dizem lutar.

Patrimônio do povo

Se VEJA pretendia "resgatar essa secreta página da História", era dever elementar contar os principais fatos e as opiniões dos envolvidos com isenção. De mais a mais, VEJA não está resgatando nada porque a luta do Araguaia já foi noticiada com muitos detalhes no COOJORNAL, MOVIMENTO, ISTO É, e, em 1972, no O ESTADO DE SÃO PAULO.

A História é patrimônio do povo e não daqueles que objetivam deformá-la, tentando controlar a opinião pública. Se a revista queria "iluminar essa secreta página da História", por que, ao falar da violência repressiva, não faz sequer referência ao esclarecedor depoimento dos índios suruis e a declarações de alguns bispos e padres da região? Estava na mão da revista um longo depoimento que prestei na 1ª Auditoria Militar, onde relato as condições de atraso, abandono e exploração do povo da região; os conflitos pela posse da terra que presenciei; a ocupação predatória e espoliativa dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, os objetivos populares, democráticos e nacionais de todos que lutaram no Araguaia; do massacre que senti e presenciei na região: prisões, torturas, mortes, queimas de roças e casas. Tudo isso foi omitido, vindo de fontes nada secretas e que correm riscos ao prestar tais informações.



José Genuino na página de Veja.

A história da luta no Araguaia se desenrolou durante oito anos, de 1966 até 1974, compreendendo a preparação e a fase da luta mais acirrada. Nasceu na região conforme as condições políticas e geográficas. Não dependeu, apenas, como VEJA apresenta, da vontade das pessoas que, perseguidas nas cidades, decidiram ir morar no interior e contribuir com a mobilização e organização do povo do sul do Pará.

A guerrilha atuou numa vasta área, compreendendo os municípios de Xambioá, Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Araguatins e Marabá, habitada por mais de 50 mil pessoas. Os guerrilheiros com sua vida, trabalho e luta se tornaram pessoas conhecidas e estimadas pela maioria da população. A resistência empreendida por mais de dois anos ininterruptos, após o ataque das Forças Armadas, sempre esteve vinculada aos anseios da população local, contando com as mais variadas formas de apoio e participação. O esforço daqueles que enfrentando a selva, as doenças e a morte resistiram até o fim, nada tem a ver com "aventura" ou "delírio esquerdistas", quixotesicamente qualificado por VEJA.

Balanco da guerrilha

São muitas as experiências políticas e militares vividas no Araguaia. No momento de grande marasmo político foi a vez mais firme a gritar pela liberdade e em defesa do povo, contribuiu para dar maior destaque à luta dos camponeses no País, numa região onde estão concentrados os grandes grupos econômicos que monopolizam a posse da terra e sugam as riquezas naturais, sem nenhuma melhoria das condições de vida da população. A vida e a luta na selva inscreveu uma página nova em nossa história.

O balanço da Guerrilha do Araguaia interessa amplamente às forças oposicionistas e ao povo brasileiro. Feito friamente e sem facciosismo analisando seus múltiplos aspectos, seus êxitos e derrotas. Mas, não é este o conteúdo da reportagem de VEJA.

Pelo que vivi, conheci e lendo todas as matérias já publicadas, posso observar que o movimento limitou-se a uma única área, ficando difícil sua ação política em setores mais amplos da população; ainda lhe faltou uma sólida base política de massas; seu apoio logístico foi insuficiente e não contou com uma retaguarda mais segura. Também pesou negativamente a subestimação das forças adversárias e uma certa inexperiência nesse tipo de luta. O fato de ter ficado desconhecido da maioria do povo brasileiro, deve-se ao refluxo das atividades políticas, existindo na época uma forte censura na imprensa, muitas prisões e um clima de medo e apatia política.

Informações errôneas

Sobre outras deformações da referida matéria, transcrevo a carta enviada à VEJA e até o momento não publicada.

"Sr. Diretor:

VEJA nº 522 publica informações errôneas e conceitos tendenciosos sobre a Guerrilha do Araguaia. Não vou aqui rebater a adjectivação tendenciosa usada na matéria nem referir-me a todas as informações inverídicas, apresentadas com ar de mistério ou como sendo de fontes secretas. Mas, de onde VEJA tirou a informação de que "o início da luta armada poderia ser a explosão de uma das torres da Embratel na Amazônia? Primeiro, a Amazônia é muito grande e segundo, na época, não existia no sul do Pará e proximidades nenhuma torre da Embratel.

A versão da morte de "Pedro Mineiro" é, no mínimo, controuvertida. Dizer que vivíamos "disfarçados de lavradores" não é verdade. Como todos os moradores da região, a nossa sobrevivência era tirada da roça, com o nosso trabalho; éramos pessoas do povo. Vivíamos e lutávamos com o conjunto da população.

Com que elementos VEJA formou a convicção de que "todos" os guerrilheiros eram membros do PC do Brasil? Baseada em que VEJA informa que o Programa dos 27 pontos nem chegou a ser manuseado? Não é verdade que toda a população da região seja analfabeta e, além disso, analfabeta sabe ouvir e falar.

Vivi lá durante dois anos e posso afirmar nunca ter passado pela cabeça das pessoas com quem convivi que seria através de ações espetaculares que iríamos contribuir para a luta da população pobre e explorada do interior. O programa dos 27 pontos é resultado dessa compreensão. Foi elaborado durante anos e após longas experiências e observações, juntamente com os moradores mais antigos da região, e não como quer a revista, que, não podendo atacar seu conteúdo, apresenta-o como sendo fruto de "desesperada tentativa de conseguir apoio entre a população".

Minha prisão

Sobre fatos que dizem respeito a mim, pessoalmente, há erros e distorções primárias: não é verdade que, no ato da minha prisão, os "bate-paus" não atiraram, muito ao contrário; não é verdade que "nós não sabíamos como cada um reagiria às torturas". Sim, era consensual, entre os guerrilheiros, que deveriam resistir à prisão, por ser esta, no caso, a forma mais elementar de auto-defesa. Além disso, repilo frontalmente o indevido uso do meu nome na frase: "Em maio, de volta a Xambioá, ele seria confrontado ainda mais cruamente com consequências da aventura", mesmo porque não considero aquele movimento aventura. Recuso o favor dos que, com a falsa pretensão de atacar o algoz, se voltam contra a vítima. É esse o tratamento que VEJA dá às pessoas que se dispõem a dar declarações aos seus repórteres e que correm riscos ao prestar tais informações?

A minha postura em relação à luta do Araguaia está claramente exposta no meu depoimento à 1ª Auditoria Militar e ao jornal MOVIMENTO. Por último, que VEJA se engaje ao lado da "distensão gradual, lenta e segura" é um direito seu. Impróprio é usar os feitos de pessoas que, na hora mais difícil, pagaram com a vida o preço de sua audácia e coerência, para justificar tal engajamento.

José Genuino Neto - São Paulo.

Estudantes paulistas realizam Congresso

Os estudantes paulistas realizam neste fim de semana o II Congresso de sua entidade, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Neste documento enviado a EM TEMPO a diretoria da entidade, eleita no fim do semestre passado, faz uma avaliação do que deverá ser o Congresso, o significado que ele tem para os estudantes do estado, que vão discutir desde sua posição perante as eleições de 15 de novembro até as suas formas de reorganização nacional, através da reconstrução da UNE.

"Ao Jornal EM TEMPO, Nós, estudantes paulistas, realizaremos dias 16 e 17 de setembro o II Congresso da União Estadual dos Estudantes.

Este Congresso comparecerão delegados eleitos nas escolas, de forma democrática e a partir da discussão sobre os assuntos a serem debatidos no Congresso. Estes delegados, eleitos de forma livre e direta, decidirão a posição dos estudantes paulistas sobre os seguintes pontos: - Como os estudantes estão analisando a situação política do País; - Qual a posição dos estudantes com relação às eleições parlamentares de 15 de novembro; - Quais os estatutos que regerão o funcionamento da UEE; - Sobre a reorganização nacional do movimento estudantil (reconstrução da UNE); - Posição perante os demais assuntos de interesse: luta por melhores

condições de ensino, ligação com outros setores da população e sua luta.

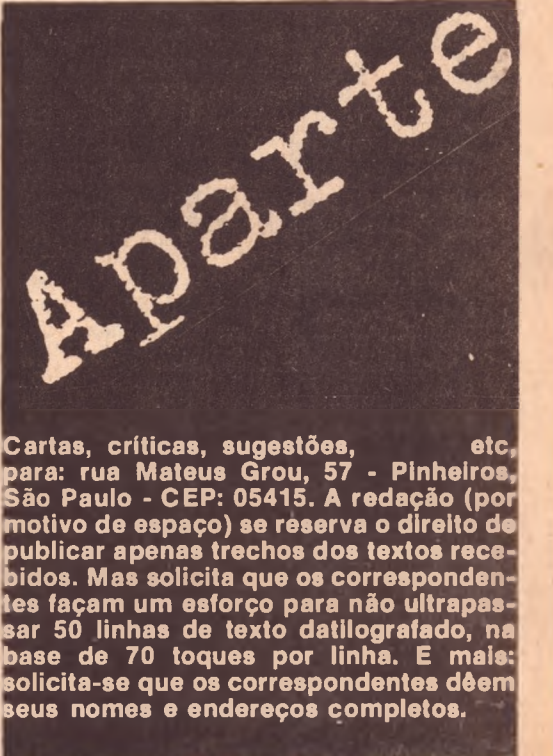
O II Congresso da UEE deverá apontar os rumos da continuidade de nosso movimento e se situa no momento histórico que vivemos, momento de grandes definições e mudanças, momento em que o povo passa a fazer ouvir sua voz, a lutar por seus direitos, passo a forjar seu caminho, a tomar em suas mãos seus próprios destinos, lutando contra a Ditadura, contra o arrocho salarial, contra a alta do custo de vida, por melhores condições de vida e trabalho.

Realizaremos o nosso Congresso Estadual, comemorando uma conquista: haveremos reconstruído nossa entidade livre e independente, depois de ter sido destruída pela repressão, conquista efetuada apesar do regime que nos opri-

me e que tenta impedir por todos os meios a existência de entidades livres e representativas.

Realizaremos nosso Congresso decidido a continuidade de nossas lutas, lutas em defesa dos nossos interesses, unificando-nos com operários, bancários, professores, médicos e a todos aqueles que lutam pelo fim do Regime Militar e por uma sociedade mais justa.

O Congresso terá como presidente de honra nosso companheiro Edual Nunes da Silva, o Cajá, ex-diretor do DCE da UFPE que se encontra preso em Pernambuco por haver lutado, como nós, estudantes paulistas por melhores condições de ensino, por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas. **UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO - UEE-SP**



A DITADURA ESTÁ PODRE

Carlos Tibúrcio

O próximo passo será tomar Manágua. Esteli, Leon, Diriamba, Chinandega e Jinotepe já estão praticamente sob o poder da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Masaya, a 30 quilômetros ao Sul da capital, um dos principais baluartes da resistência do povo nicaraguense, foi destruída. Para derrotar os sandinistas, a Guarda Nacional do ditador e os seus mercenários tiveram de arrasar a cidade e realizar um verdadeiro banho de sangue. Os cadáveres estão apodrecendo nas ruas, mas as bandeiras vermelhas e pretas ainda tremulam no alto dos escombros (ver EM TEMPO nº 27).

A ditadura está podre. Anastasio "Tachito" Somoza está com os seus dias contados. A intervenção branca já começou - com a presença cada vez maior de verdadeiros batalhões de mercenários que entram na Nicarágua a partir da Guatemala, de Honduras e de El Salvador. Ela, no

entanto, está-se mostrando insuficiente. Faltam armas para os voluntários que se colocam ao lado dos sandinistas, mas mesmo assim as cidades caem uma a uma, são retomadas pela Guarda Nacional, e voltam a cair. A intervenção negra - aberta e direta - já está sendo preparada. O ministro da Defesa e Segurança Pública de Honduras, tenente-coronel Diego Lazo Celano, declarou na última quinta-feira que "os Exércitos dos países centro-americanos intervirão na Nicarágua a pedido de Somoza, ou mesmo sem sua solicitação, caso a crise no país continue a se agravar". Entenda-se: caso os sandinistas ameacem tomar Manágua.

O plano nu e cru dos imperialistas, que responde aos interesses de grande parte da burguesia local e mesmo da social-democracia venezuelana, é

o de destruir os sandinistas se possível sem "sujar diretamente as mãos". O Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA), que já realizou operações "contra uma suposta guerra civil" em território nicaraguense há alguns anos, seria o instrumento do crime. Eles querem destruir os sandinistas para poder depor Somoza "sem riscos" e institucionalizar novas formas de dominação burguesa. Certamente, com o beneplácito da OEA e até da ONU.

Governo de transição com a participação dos sandinistas ou o banho de sangue, continuam sendo as opções para a luta de classes na Nicarágua. De armas nas mãos, as massas lutarão até o último homem pela destruição de Somoza, de sua guarda pretoriana e pela construção de uma nova sociedade, livre e justa, no maior país da América Central.

Do "ensaio" de janeiro-fevereiro à revolução de setembro-outubro?

O "ensaio geral" foi em janeiro-fevereiro, logo após o assassinato, no centro de Manágua, do diretor do jornal de oposição liberal ao regime de Anastasio Somoza, Pedro Joaquín Chamorro, morto num atentado no dia 10 do primeiro mês deste ano. Naquele momento, a iniciativa ainda estava com a oposição burguesa ao regime, que decretou uma greve geral de empresários e comerciantes - um lock-out - logo transformada num início de insurreição armada na cidade de Masaya, a 30 quilômetros ao Sul da capital, principalmente no combativo bairro indígena de Monimbó. A Guarda Nacional conseguiu massacrar os insurgentes e Somoza prometeu concessões. As concessões foram mínimas - a volta do "Grupo dos 12", exilados desde o ano passado, pode ser citada como a principal. Mas, em compensação, ao lado da famigerada Guarda Nacional, intensificaram-se as ações de organismos para-militares chefiados pelo grupo La Mano Blanca. Qualquer suspeito de colaborar com a Frente Sandinista de Libertação Nacional, ou mesmo com a União Democrática de Libertação (fundada por Chamorro), sendo sequestrado pelos grupos para-militares (e também pelos militares) podia ser considerado um homem morto. O

problema é que os suspeitos começaram a se multiplicar e de repente, qualquer operário, camponês, comerciário, qualquer nicaraguense do povo passou a ser um "perigoso inimigo do regime". Quando as agências internacionais de notícias informam, por exemplo, que uma cidade está "em calma" é simplesmente porque as ruas estão tomadas e praticamente todos os cidadãos estão sob mira de metralhadoras. Isso foi constatado, várias vezes, nas últimas semanas, por um jornalista paraguaio que acaba de regressar de Nicarágua.

Dois meses depois da rebelião de Masaya, a tendência "Terceirista" (ou "Tendência Insurrecional") da Frente Sandinista ocupou o Palácio Nacional da Nicarágua, dando um golpe frontal no peito do regime. Somoza cedeu. O povo veio às ruas, tremularam pela Rodovia Norte, que passa pelo aeroporto Las Mercedes, as bandeiras dos sandinistas. No mesmo dia da vitória - 23 de agosto - , a Frente Ampla de Oposição, da qual fazem parte a União Democrática de Libertação, o Partido Comunista da Nicarágua (pró-soviético), duas centrais sindicais, o "Grupo dos 12" (na prática, representante político dos sandinistas para "radicalizar" a oposição liderada pelos liberais e agrupamentos menores como os sociais-

crístãos, pois bem, no mesmo dia da vitória, a FAO convocou uma greve geral - um novo lock-out -, numa tentativa de retomar a iniciativa das mãos dos sandinistas e "derrubar Somoza por meios frios, ou seja, na paz". Em poucos dias, a greve geral dos empresários e comerciantes transformou-se, sob a liderança dos sandinistas, num processo de luta armada contra o regime, num processo insurrecional em todo o país. Com a tomada de mais de cinco cidades na semana passada, que foram, dias depois, recuperadas pelo regime, e, na última quarta-feira, novamente retomadas pelos sandinistas e o povo em armas, as três tendências da Frente - "Terceiristas", "Guerra Popular Prolongada" e "Tendência Proletária" proclamaram um governo rebelde ("democrático, popular provisório") e pediram o reconhecimento diplomático por parte dos governos democráticos do mundo. A direção do governo foi oferecida ao "Grupo dos 12", que, por meio de Carlos Turneman, que está na Costa Rica, a aceitou.

Porta-vozes dos sandinistas já deixaram claro que "ninguém deve se surpreender com a tomada e retomada das cidades". O fundamental é o desgaste do regime e a sua derrubada.



Eles são pagos para matar

A sobrevivência de Somoza não está dependendo apenas de sua guarda pretoriana - os soldados e oficiais da Guarda Nacional - mas também dos contingentes de mercenários muitos dos quais veteranos da guerra do vietnã, que estão agregados as forças do regime.

O padre poeta e revolucionário Ernesto Cardenal membro do Grupo dos 12 e ligado à frente Sandinista de Libertação Nacional, denunciou na última terça-feira que dezenas de mercenários estavam entrando na Nicarágua, provenientes de Honduras e de El Salvador, para aliar as forças do ditador. Na quarta-feira o FBI, dos Estados Unidos admitiu que está investigando as atividades de um tal de Guy Gabaldon, residente no Estado de Nuevo México, que formou um exército particular de voluntários para enviar a Nicarágua em defesa de Somoza. O cidadão norte-americano, depois de entrar em acordo com o governo de Manágua anunciou em jornais da sua cidade que estava à procura de voluntários para defender o regime somozista. Segundo ele, mais de cem ex-combatentes se apresentaram. O fato mais evidente, porém da presença de mercenários no país centro americano veio à tona justamente com a morte de um deles um dos principais assessores da luta antiguerrilha promovida pelo regime o norte americano veterano da guerra do Vietnã - Michael Echanis. Eis a sua história, contada

por ele próprio 15 dias antes de sua morte:

"Estou aqui para revelar minhas experiências na Nicarágua, porque sei que existe um plano para me assassinar e ao comandante de operações da Guarda Nacional, general Ivan Allegrett Perez. Echanis pronunciou essas palavras no final do mês de agosto diante do gravador de Tom Fenton, correspondente da agência de notícias Associate Press em Manágua. Várias vezes pediu a Fenton que só publicasse sua história caso ele viesse a morrer. E foi justamente o que veio a ocorrer no dia 8 de setembro, quando ele estava junto com o general Iva Allegrett, com outro mercenário norte-americano, Chuck Sanders e com um vietnamita, num avião que caiu perto da fronteira com a Costa Rica. Acidente? Não é o que indica o depoimento de Echanis.

"Oficiais insatisfeitos com o Velho (Somoza) e com o fato de eu receber 5 milhões de dólares para gastos com as atividades antiterroristas e de contra-inteligência - e recentemente, mais um milhão de dólares e seis coronéis para organizar um novo setor de atividade - estão planejando me assassinar e ao general Allegrett. Nós somos, na opinião desses oficiais, o últimos obstáculos para que eles assumam o poder".

O mercenário deixou claro que o secretário d'Estado norte americano, Cyrus Vance, tinha conhecimento perfeito de suas atividades no país.

"Recebi recentemente uma carta do

Cyrus Vance em que ele pede que eu respeite os direitos humanos e que não mate os não-combatentes. Interpretei que poderia matar os combatentes. E lutei em todos os pontos do país - em Granada, quando os sandinistas tomaram a cidade em outubro; em Rivas e em São Carlos; no Palácio Nacional em Manágua. Nessa ocasião, cheguei a apresentar a Somoza um plano para derrotar os guerrilheiros que ocuparam o prédio. Disse que, no máximo morreriam 300 pessoas. O presidente chegou a pensar um pouco, mas não aceitou. Ele argumentou que o filho de Papa Chepe estava lá. Papa Chepe é o irmão dele, José Somoza, e o segundo na hierarquia do comando da Guarda Nacional. O filho dele é Luiz Palais Debayle, vice-presidente da câmara dos Deputados

"Meus homens - admitiu o mercenário - correm 20 quilômetros e nadam uma hora por dia, são capazes também de desmontar limpar e armar um fuzil Gallil - de fabricação israelense - em apenas 20 minutos. Eu tenho que ficar segurando-os. Eles só podem ser soltos na hora de matar.

"Como voce vê - concluiu Michael Echanis - a situação é complicada. Pretendo ficar na Nicarágua por seis meses somente, Já recebi propostas de trabalho na Rodésia e no Brasil. Eu não sou um mercenário eu odeio comunismo!"

Ainda bem que o avião caiu...

Oposição mais e menos consequente

A organização mais importante da oposição popular na Nicarágua é a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Ela é composta por 3 tendências (ver Em Tempo nº 27). A tendência "terceirista" do FSLN, que quatro meses atrás fez uma aliança com a FAO (vide box), a partir do ataque ao Parlamento somozista está se aproximando das demais posições da FSLN - Tendência Proletária e Tendência Guerra Popular Prolongada que criticavam essa aliança e propunham como alternativa a formação do Movimento Povo Unido (MPU). Esse movimento se diferenciaria da burguesia não diluindo a atual conjuntura na contradição democracia-ditadura, mas procurando uma saída revolucionária à ditadura. Concretamente apoia um governo popular e o fim do aparelho repressivo (extinção da Guarda Nacional).

Do MPU ainda participariam setores que saíram do PSN (Partido Socialista Nicaraguense) e grupos maoístas e trotskistas que também se opõem a uma aliança com a burguesia.

É um fato, porém, que a FSLN não tem conseguido traduzir a simpatia que o povo sente por ela num grau mais elevado de organização e em propostas programáticas que preparem a queda revolucionária da ditadura.

É necessário também situar dentro da oposição popular o Grupo dos Doze, composto por personalidades importantes da pequena burguesia radicalizada simpática à FSLN.

A oposição liberal na Nicarágua se expressa na Frente Ampla Opositora (FAO) que teve sua origem no Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), representante de setores da burguesia e da pequena burguesia. O MDN compõe, junto com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Econômico (INDE), órgão de burguesia modernizante que integra também a FAO) o setor mais reformista da burguesia. Este se formou durante a experiência do Mercado Comum Centroamericano e tenta hoje traduzir em poder político sua posição a nível econômico. Propõe um desenvolvimento do capitalismo baseado na ampliação do mercado interno e a derrubada "a frio" da ditadura somozista ou seja, uma aliança com setores do Exército e do imperialismo, excluindo a hipótese de um controle popular.

Na FAO participa ainda a União Democrática de Libertação (UDELA) que reúne outros setores da oposição burguesa com organizações como o PSN (Partido Socialista Nicaraguense, que é o nome do Partido Comunista) e duas centrais operárias, a CGT, controlada pelo PSN e a CNT com influência do Partido Social-crístão. O jornalista Pedro Chamorro, assassinado a 10 de janeiro de 1978 foi um dos fundadores da UDELA. Devido à própria composição social deste movimento, ele deixa uma janela aberta para uma eventual aliança com os sandinistas, caso a correlação de forças se defina a favor dele.

Auditoria julga "desaparecidos". Vivos ou mortos!

Na próxima terça-feira, dia 19, entra em julgamento na Auditoria Militar do Rio de Janeiro, o último dos chamados "grandes processos" da Justiça Militar. Cerca de 60 pessoas, entre elas Luiz Carlos Prestes, estarão sendo julgados sob a acusação de terem organizado um congresso do PCB, em 1967. Vários dos acusados são tidos como "desaparecidos", há mais de quatro anos, tempo que faz seus familiares admitirem que possam ter sido assassinados por órgãos da repressão. Entre os "desaparecidos", que serão julgados como "revéis", estão: David Capistrano da Costa, João Massena Mello, Luiz Inácio Maranhão Filho, José Roman, Jaime Miranda Amorim. A maioria dos indicados já foi absolvida ou condenada em processos anteriores, sob a acusação de pertencerem a uma organização clandestina, estando, agora, em julgamento pela segunda vez por motivo idêntico.



Saindo da zona rural, David Capistrano da Costa se tornou dirigente do jornal "A Folha do Povo", em Pernambuco. Nas eleições de 45 elegeu-se deputado estadual em Pernambuco, pelo PCB. Já em 1956 participou do jornal "A Hora", apoiando a candidatura de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. A partir de 1964, perseguido pelos órgãos de segurança, acusado de participar do Comitê Central do PCB, exila-se, em 1972, na Europa. A seguir, o depoimento de Maria Augusta de Oliveira, mulher de David, atualmente residindo em São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pró Anistia deste Estado.

O caso David Capistrano

"O David entrou no país em 15 de março de 1974 através da cidade de Uruguaiana, ficou alguns dias na casa de um amigo e José Romão foi buscá-lo. Nós sabíamos da entrada dele aqui, e sabíamos que o José ia buscá-lo. Quando chegasse em Uruguaiana telegrafaria, avisando que tava tudo bem e quando saíssem no dia seguinte, também telegrafaria dizendo: chegaremos aí tal hora. Resultado é que não chegou.

Não tive mais notícias. Então, nós começamos a nos movimentar. Denunciar, procurar por toda a parte, inclusive em todos os órgãos de repressão. A medida que os dias foram passando outras pessoas foram sumindo e desde setembro as notícias que chegavam eram do desaparecimento de mais pessoas. Grande parte dessas pessoas sumidas

estão no mesmo processo do David, que vai a julgamento na terça-feira, Luiz Maranhão, João Massena, Jaime Miranda, Elcio Costa.

Quando foram presas essas pessoas, as várias famílias das pessoas que já haviam desaparecido antes, nos procuraram e nós procuramos trabalhar em conjunto, pedindo apoio para nossa campanha. Escrevemos para todos os deputados, todos os senadores, vários deles falaram na Câmara, levantaram o problema, inclusive o Lizânias Maciel, que deu uma ajuda permanente a nós. A igreja também nos deu um grande apoio e houve aquele episódio que Dom Evaristo Arns nos reuniu e nos levou para uma mesa redonda com o general Golber do Couto e Silva. Ele nos ouviu e prometeu uma resposta que seria transmitida pelo professor Cândido

Mendes, presidente da Comissão de Justiça e Paz no Rio. Ficamos esperando semanalmente o professor à espera da resposta. A cada semana que nós íamos saber da resposta o professor Cândido Mendes nos dava a entender que essas pessoas não estavam mortas.

Foi numa dessas idas que o Presidente da Comissão nos disse que o Presidente da República ia dar uma entrevista coletiva à imprensa estrangeira e que ia colocar o caso dos nossos familiares. Isso nos trazia esperanças e a gente achava impossível que o Presidente da República fosse dar uma entrevista à imprensa dizendo que eles todos tinham sido passados nas armas. A impressão que tínhamos era que o governo estava procurando um momento político mais conveniente.

Onde? Como? Quando?

Depois desse contato oficial com o governo não tivemos mais nenhum contato. Entretanto, nós continuamos e uma das esposas dos familiares, que é a esposa do Luiz Maranhão, por intermédio de um amigo comum, conseguiu uma audiência com o comandante do II Exército na época e ele foi dizer a ela que não tinha maiores informações.

Em seguida surgiu um boato de que essas pessoas estariam no hospital do Juqueri, São Paulo, internadas como perturbados mentais, pessoas agressivas. Sem que suas entradas passassem pela administração. Muita gente inter-

cedeu para constatar, mas nada foi constatado. Houve um outro episódio mais recente, quando voltou a haver um boato de que realmente teria alguém no hospital do Juqueri, um tal de David Capistrano.

Nós também levamos tudo isso para a Anistia Internacional e também apelamos para o Papa Paulo VI, que mandou dois enviados falar com o Presidente Geisel. E mais recentemente, a Anistia Internacional enviou aqui a representante que interpelou o Ministro do Supremo Tribunal, diretamente sobre o caso de David. Ele, então, falou pela primeira vez, que o David havia sido preso por oito dias e havia sido solto, sem dizer onde, nem quando, como e por quem foi preso e solto.

Também houve indícios de que o David passou pelo DEOPS, presos políticos que estavam lá na época disseram que o viram, mas não tivemos nenhuma confirmação.

Quando da entrada do David no país, nós confiamos que mesmo que fosse detectada a entrada dele aqui, que ele fosse preso, mas que sua prisão fosse comunicada, uma vez que tinha processo a responder. Esses processos eram, um com Luiz Carlos Prestes, que já estava vencido, e o outro é esse de terça-feira, que não é nenhum processo grave. O normal seria que ele fosse preso e julgado, isso que aconteceu foi um absurdo!"

(Depoimento a José Nadai)

Figueiredo não quer nem saber

Uma carta de familiares de desaparecidos a Figueiredo. Até hoje, carta sem qualquer resposta.

Em junho deste ano, testando o empenho do general Figueiredo em "defender os direitos humanos", já que havia se comprometido com esta defesa em entrevista coletiva à imprensa, os familiares de presos políticos desaparecidos enviaram-lhe uma carta pedindo certos esclarecimentos. Até agora não obtiveram respostas. Eis os trechos mais importantes da carta.

"...V. Exa. comprometeu-se com a defesa dos direitos humanos e admitiu que eles foram violados em nosso país. A confiança da opinião pública nas palavras de V. Exa. depende do esclarecimento completo de casos como o de nossos familiares, ocorridos durante os dois últimos governos, dos quais V. Exa. fez parte, notadamente na atual administração, quando chefiou o Serviço Nacional de Informações.

Temos enviado, ao longo de mais de quatro anos, grandes esforços para

localizar nossos parentes (...) Em 7 de agosto de 1974, obtivemos uma entrevista com o chefe da Casa Civil, general Golber do Couto e Silva. Nesta ocasião o general garantiu-nos uma resposta até o dia 20 de agosto...

Em 6 de fevereiro de 1975 fomos surpreendidos com nota do Ministro da Justiça, dando conta do suposto paradeiro de 27 pessoas, baseado, inclusive, em dados fornecidos pelo SNI, dirigido por V. Exa. (...).

No momento em que é suspensa a censura prévia à imprensa escrita, nos valem, para ressaltar que "os propósitos de coibir abusos de autoridades na área dos direitos humanos" esternados por V. Exa., requerem uma atitude coerente, qual seja, uma contribuição para a apuração dos fatos referidos e identificação dos responsáveis. Temos certeza que V. Exa., pelo cargo ocupado possui respostas às indagações que nos torturam há tantos anos (...).

EM TEMPO!